



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 12 DE MAIO DE 2014 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).

Florianópolis, 30 de abril de 2014

V.2

Índice

<u>1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas</u>	3
<u>2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas</u>	5
<u>2.1. Em Assembleia Geral Ordinária</u>	5
<u>2.2. Em Assembleia Geral Extraordinária</u>	7
<u>Anexo I - Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, conforme item 10 do Formulário de Referência (instrução cvm 480/2009)</u>	8
<u>Anexo II - Informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos administradores, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM n 480/2009</u>	91
<u>Anexo III - Informações sobre a Assembleia Geral e Administração incluídas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência conforme instrução CVM nº 480/2009</u>	104

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Desenvix está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

• Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2013 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 08 de maio de 2014 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Empresas e Negócios no dia 10 de maio de 2014. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.desenvix.com.br

• Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

• Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

• Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 08 de maio 2014, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

A Desenvix apurou prejuízo no exercício de R\$ 32.490 mil.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

Apesar do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças estar constituído, o mesmo não se reuniu, não havendo assim, recomendação ou aprovação ao Conselho da Administração, das Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2013.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1. Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1. Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Desenvix.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 07 de maio de 2014 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Empresas e Negócios em 10 de maio de 2014. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.desenvix.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Desenvix e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Desenvix.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2. Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Desenvix apurou prejuízo de R\$ 32.490 mil.

Proposta da Administração

Tendo em vista o prejuízo realizado no exercício 2013, o valor será transferido para a conta de lucros/prejuízos acumulados.

2.1.3. Proposta de eleição de membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração

2.1.3.1 Conselho Fiscal

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Nosso acionista indireto Jackson Empreendimentos S.A., através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix reconduzirá o Sr. João Clarindo Pereira Filho como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como o Sr. João Clarindo Pereira Junior como membro suplente do Conselho Fiscal.

Nosso acionista SN Power Brasil Investimento Ltda reconduzirá a Sra. Andrea Kogitzki como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como a Sra. Camila Soares Mendes Brito como membro suplente do Conselho Fiscal.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais indicará o Sr. Marcus Antônio Tofanelli para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como o Sr. Saulo Macedo Freitas para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.1.3.2 Conselho de Administração

Conforme previsto no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, há necessidade de unificação do mandato dos membros do Conselho de Administração.

Nosso acionista indireto Jackson Empreendimentos S.A., através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix reconduzirá os Srs. José Antunes Sobrinho, Cristiano Kok e Gerson de Mello Almada como membros efetivos do Conselho de Administração, bem como o Sr. Luiz Cruz Schneider com membro suplente do Conselho de Administração.

Nosso acionista SN Power Brasil Investimento Ltda reconduzirá os Srs. Austin Laine Powell, Joakim Johnsen e Fabiano Gallo como membros efetivos do Conselho de Administração. Adicionalmente indicará os Srs. Tron Engebretsen, Tore Haga e Fernando de Lapuerta Montoya como membros suplentes do Conselho de Administração. O Sr. Tron Engebretsen será suplente do Sr. Fabiano Gallo. O Sr. Tore Haga será suplente do Sr. Joakim Johnsen. O Sr. Fernando de Lapuerta será suplente do Sr. Austin Laine Powell.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá os Srs. Ruy Nagano e Geraldo Aparecido da Silva como membros efetivos do Conselho de Administração, bem como o Sr. Ângelo Nonato de Sousa Lima como membro suplente do Conselho de Administração. Adicionalmente indicará a Sra. Raquel Cristina Marques da Silva para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. A Sra. Raquel Cristina Marques da Silva será suplente do Sr. Ruy Nagano.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.2. Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1. Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social da Desenvix, cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos Administradores, conforme artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM nº 480/2009, estão incluídas no anexo II dessa Proposta.

Proposta da Administração

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2014 até 30 de abril de 2015, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 4.460.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 a verba anual prevista é R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), incluída a contribuição patronal à previdência social.

O Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 a verba anual prevista é R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), incluída a contribuição patronal à previdência social.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e 4 Diretores. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 a verba anual prevista é R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), incluída a contribuição patronal à previdência social.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrado no item 13.16 do anexo II.

- ANEXO I -**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2013 marcou o alinhamento operacional dos ativos que entraram em operação através do segundo ciclo de crescimento da Desenvix, o qual demandou investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão durante os últimos 3 anos, dobrando sua capacidade instalada e que consolidou a Companhia como uma média geradora de energia elétrica através de fontes renováveis.

Como resultado, em 2013, houve aumento na produção de energia elétrica, com incremento de 70,3%, na comparação com 2012. O crescimento está relacionado à maior capacidade instalada de geração, entretanto, contribuiu a maior disponibilidade das usinas no sistema interligado nacional. Destacam-se as Usinas do Complexo Eólico da Bahia, despontando entre os melhores desempenhos de geração de energia de fonte eólica, no acumulado dos últimos 12 meses (março/2013 até fevereiro/2014), conforme o Boletim Mensal de Geração Eólica de fevereiro/2014 publicado pelo ONS.

A receita líquida apresentou crescimento de 13%, totalizando R\$ 211,3 milhões. Já o EBITDA (ICVM nº 527) apresentou crescimento de 32,3%, totalizando R\$ 136,2 milhões.

Durante 2013 a Administração se dedicou a busca de alternativas que mitigassem a exposição da Companhia ao risco setorial ao qual a subsidiária UTE Enercasa está inserida, sendo recompensada por marcos importantes deliberados pelos órgãos reguladores do setor, como por exemplo, a queda do fator “j” na aplicação da penalidade imposta ao Contrato de Reserva de Energia.

Cabe esclarecer que, apesar das conquistas, as operações de geração de energia da subsidiária UTE Enercasa continuam inviabilizadas pela inoperância do seu cogenerador, afetando o resultado econômico da Desenvix.

Outro tema que exigiu grande esforço da Administração foi a negociação para o encerramento do contrato de fornecimento e implantação de equipamentos do Complexo Eólico da Bahia, finalizado em dezembro de 2013.

Também, em dezembro de 2013, teve início a operação comercial da subsidiária não controlada Goiás Transmissão S.A. (25,5%). A previsão para início da operação comercial da MGE Transmissão S.A. (25,5%) é ao longo primeiro semestre de 2014.

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Visando a melhora dos indicadores econômicos e financeiros da Desenvix, a Administração apoiada por seu Conselho e Acionistas, desenhou um Plano Financeiro para a Companhia, envolvendo aporte de capital dos acionistas, reestruturação administrativa e organizacional e alongamento da dívida bancária da Controladora.

O Plano Financeiro teve início quando os Acionistas da Desenvix, reunidos em Assembleia Extraordinária no dia 11 de dezembro de 2013, aprovaram o aumento de capital da Desenvix em R\$ 60 milhões a serem integralizados em duas parcelas de R\$ 30 milhões, sendo a primeira no dia 05 de fevereiro de 2014 e a segunda no dia 05 de dezembro de 2014.

Ainda em dezembro de 2013, a Administração iniciou o plano de reestruturação o qual direciona o foco da Desenvix para as atividades operacionais dos ativos de geração de energia, condução de atividades específicas para manutenção seletiva do pipeline, além da suspensão temporária das atividades de implantação de novos projetos.

Como resultado, a Companhia equalizará a pressão do caixa no curto e médio prazo, assegurando melhores indicadores econômicos.

A Administração entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com nossas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A afirmação acima está baseada nos seguintes indicadores:

- Fluxo de caixa previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo;
- Acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento dos empreendimentos; e
- Elevadas margens operacionais dos empreendimentos em operação, notadamente por força do rígido controle de custos e despesas operacionais.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos

em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Nossa diretoria entende que nossa evolução da estrutura de capital apresenta níveis característicos à uma Companhia em plena expansão de sua capacidade instalada, com níveis elevados de investimentos e ativos de alto valor agregado, especialmente quando analisada sob a ótica da relação dívida líquida/patrimônio. Nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,31 em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, esta mesma relação era de 1,07.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$687.465 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$643.506 mil em 31 de dezembro de 2013. Esta variação se deu por força do prejuízo apurado do exercício social de 2013, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 31.654 mil excluindo participação de não controladores, além da redução de R\$11.469 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Nosso endividamento líquido era de R\$737.516 mil em 31 de dezembro de 2012, comparado a um endividamento líquido de R\$842.332 mil em 31 de dezembro de 2013.

O aumento no endividamento líquido ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 2,3% ou R\$ 21,0 milhões. Contribuiu para o aumento do saldo do endividamento bancário (i) a captação de R\$ 75 milhões de empréstimos com capital de giro na Desenvix Controladora, (ii) a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 66,8 milhões, sendo R\$ 29,3 milhões com BNDES, R\$ 17,6 milhões com BNB, R\$ 6,4 milhões com CDB, R\$ 11,5 milhões com Debêntures e R\$ 2,3 milhão com os demais financiamentos da Desenvix Controladora e (ii) a variação cambial líquida de R\$ 15,2 milhões do empréstimo com o CDB.

Por outro lado, o endividamento bancário sofreu redução em função (i) da amortização de R\$ 64,8 milhões de principal, sendo R\$ 35,3 milhões com BNDES, R\$ 10 milhões de capital de Giro na Desenvix Controladora, R\$ 8,6 milhões com FINEP, R\$ 8,0 milhões com CDB, R\$ 2,5 milhão com BNB e R\$ 0,6 milhão com financiamentos ENEX e (ii) do pagamento de R\$ 70,7 milhões de juros, sendo R\$ 29,1 milhões com BNDES, R\$ 21,7 milhões com BNB, R\$ 10,6 milhões com



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

debêntures, R\$ 6,4 milhões com CDB, R\$ 1,6 milhão com capital de giro, R\$ 538 mil com FINEP e R\$ 554 mil com outros.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 83,8 milhões, principalmente em função (i) do aporte de capital de R\$ 36,5 milhões realizado na subsidiária Goiás, (ii) do aporte de capital de R\$ 30,4 milhões realizado na subsidiária MGE, (iii) pagamento à fornecedores, no valor de R\$ 40,0 milhões, pela subsidiária Energen e usinas do Complexo Eólico da Bahia referente à implantação de empreendimentos de geração de energia, (iv) pagamento de R\$ 22 milhões referente à devolução do montante de energia faturada e não entrega pela subsidiária Enercasa. A redução foi parcialmente compensada pelas captações de capital de giro conforme comentado no item Endividamento.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 era composto (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Desenvix Controladora, no valor de R\$ 28,8 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 52,1 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo, das subsidiárias, além das debêntures, na Desenvix Controladora.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	Variação % Dez/13 x Dez/12
Endividamento bancário	902.216	923.254	2,3
- Financiamento de obras - BNDES	409.458	374.334	-8,6
- Financiamento de obras - BNB	272.480	265.840	-2,4
- Financiamento de obras - CDB	102.049	108.630	6,4
- Debêntures	98.910	99.800	0,9
- FINEP	8.656	-	-100,0
- Financiamento de capital de giro	10.000	74.462	644,6
- Outros	663	188	-71,6
Caixa e aplicações financeiras	(164.700)	(80.922)	-50,9
Dívida líquida	737.516	842.332	14,2

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento, nossa posição de liquidez, e o Plano Financeiro em andamento, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita) e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.
- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia que garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais. Em 31 de dezembro de 2013, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.
- **Financiamento de obras – China Development Bank (CDB):** A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil (R\$102.049 mil) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

ano. Juntamente com este contrato de financiamento foram também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

- **Debêntures:** A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, vencendo a primeira em 12 de junho de 2013 e a última no dia do vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016. Os pagamentos de juros e principal são garantidos por meio do fluxo de dividendos dos Empreendimentos em Operação.
- **Demais Financiamentos - Desenvix Controladora:** Os demais financiamentos contratados são garantidos por meio de garantias e avais, sendo que algumas dessas garantias são prestadas por partes relacionadas.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizados

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Além do financiamento descrito na Desenvix Controladora, não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013, a Controladora possuía quatro financiamentos para giro, no valor total de R\$74.462 mil, dos quais três eram Cédulas de Crédito Bancário e um Capital de Giro.

Em 31 de dezembro de 2013, não possuíamos financiamento para capital de giro em nossas subsidiárias.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa em franca expansão e que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda (40,65%), SN Power (40,65%) e FUNCEF (18,7%).

Grupo Engevix

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda. como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2012 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,2 bilhões e encerrou fevereiro de 2014 com 12.257 colaboradores, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás.

Através da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas, o Grupo Engevix detêm contratos da ordem de US\$ 5,9 bilhões para construção de 8 plataformas FPSO e 3 navio-sonda, que se destinarão à produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal. A Ecovix atualmente dispõem do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui a Funcef como sócia. Em outubro de 2013 a Ecovix celebrou parceria com consórcio de investidores liderado pela japonesa Mitsubishi Heavy Industries.

O Grupo Engevix reuniu seus investimentos na área de infraestrutura na empresa Infravix a qual detêm as concessões do Aeroporto São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte, do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal e da Rodovia ViaBahia, com aproximadamente 700 km de extensão, além de possuir investimentos imobiliários e projeto Airship.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 75.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e

experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

Adicionalmente detêm a concessão para construção e exploração comercial da UHE São Roque com capacidade instalada de 141,9MW, atualmente em construção.

SN Power

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 17.067 MW. Possui 287 hidrelétricas, 11 eólicas, 44 “district heating and biomass” e 8 termoeletricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Vietnã, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia).

FUNCEF

A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 52 bilhões e aproximadamente 132 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

Investimos em geração de energia elétrica através de fontes renováveis contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que nossos investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura energética nacional, acreditamos que continuaremos contratando

linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem nosso crescimento. Em 31 de dezembro de 2013 nosso endividamento bancário de longo prazo era composto em grande parte por instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atreladas diretamente ao Governo Federal. Acreditamos na manutenção das linhas de financiamento de longo prazo uma vez que o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, atrelado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal prevê a continuidade dos investimentos no setor.

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

Tendo em vista o Plano Financeiro em andamento pela Companhia, pretendemos alongar o perfil da dívida bancária da Controladora, relativo à parcela do giro, através da contratação de empréstimo de médio prazo, que servirá para liquidar parte dos empréstimos atualmente vincendos no curto prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Nossos projetos em desenvolvimento e em implantação exigem grandes quantidades de investimentos, razão pela qual enfrentamos continuamente a necessidade de recursos adicionais. Por essa razão, a nossa relação entre capital e dívida poderá variar significativamente no futuro.

A tabela apresentada no item 10.1 “b” demonstra o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2013	2012
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	157.088	169.402
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	67.012	74.385
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5	50.629	53.856
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	47.813	51.072
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	26.886	32.006
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	24.906	28.737
			<u>374.334</u>	<u>409.458</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

	<u>ICSD</u>	<u>PLxAT</u>
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	1,3	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita; e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (covenants) vêm sendo atendidas.

- Financiamentos para construção das usinas - BNB**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2013	2012
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	97.826	100.391
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	84.133	86.050
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	83.881	86.039
			<u>265.840</u>	<u>272.480</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades

detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

- **Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)**

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, com vencimento em 15 de junho de 2027.

Juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

- **Debêntures**

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, sendo a primeira

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

paga em 12 de junho de 2013 e a última será no vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016.

Nos termos do item 5.1.(v) da Cláusula V da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., celebrado entre Desenvix, como emissora e Planner Trustee DTVM Ltda, como agente fiduciário, em 12 de novembro de 2012, a Desenvix deverá atender a três métricas de cálculo com limites superiores estabelecidas, sendo elas (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos (base Controladora), maior ou igual a 3,0x, em 31 de dezembro de 2013, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido (base Consolidado), maior ou igual a 1,45x, em 31 de dezembro de 2013 e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (base Consolidado), menor ou igual a 1,0x.

Apurados os indicadores, em 31 de dezembro de 2013, observou-se os seguintes índices: (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos, 7,9x, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido, 1,33x e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, 0,98x.

Componentes do cálculo:

- (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos: $174.305 / 22.026 = 7,9$
- (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido: $923.254 / 693.415 = 1,33$
- (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: $EBITDA / (\text{Pagamento de Principal e Juros}) = 133.145 / (135.524) = 0,98$
EBITDA conforme descrito na Escritura acima referenciada: (Lucro (prejuízo) operacional (DRE) + Depreciação e Amortização (Nota 19)): $67.946 + 65.199 = 133.145$

O aumento do endividamento de curto prazo na Controladora, foi o principal motivo pelo não atendimento dos índices estabelecidos nas métricas (i) e (iii), não caracterizando vencimento antecipado, conforme termos do item acima referenciado.

Cabe ressaltar que os Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, realizada no dia 30 de abril de 2014, deliberaram por conceder renúncia (“waiver”) à Companhia, em caso de eventual descumprimento do limite que trata a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, para as medições apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014. Adicionalmente deliberaram por alterações textuais de vencimento antecipado constante da Cláusula V, itens 5.1 (q) e (v) da Escritura.

- **Financiamentos de capital de giro**

Financiamento sujeito a encargos financeiros mensais que serão pagos em 12 parcelas, vencida a primeira em 11 de outubro de 2013 e a última em 11 de setembro de 2014 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida. Em 14 de

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

novembro de 2013 foi contratado mais um financiamento com vencimento em 15 de novembro de 2015, os encargos serão pagos mensalmente.

Em 12 de dezembro de 2013 a companhia contratou empréstimo junto ao banco PINE, com vencimento em 10 de junho de 2014, os encargos financeiros serão pagos mensalmente, vencendo a primeira em 10 de janeiro de 2014 e a última em 10 de junho de 2014. Em 23 de dezembro de 2013 foi celebrado contrato de mutuo junto ao BICBANCO, com validade até 22 de abril de 2014, os encargos serão pagos mensalmente.

- **Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)**

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em novembro de 2013.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 Reapresentado, 2012 e 2011.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Cabe ressaltar que com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passou a ser consolidada, a partir de 1º de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentamos as informações consolidadas relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Dessa forma, as variações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 serão apresentadas comparadas com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO

Ativo	dez/13	AV	dez/12	AV	AH
	reapresentado				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	28.803	1,65%	124.677	6,58%	-76,90%
Aplicação financeira restrita	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Contas a receber	24.177	1,38%	27.410	1,45%	-11,79%
Dividendos a receber	10.654	0,61%	1.154	0,06%	823,22%
Impostos a recuperar	6.459	0,37%	4.650	0,25%	38,90%
Estoques	1.052	0,06%	983	0,05%	7,02%
Outros ativos	9.432	0,54%	4.503	0,24%	109,46%
Investimento mantidos para venda	3.060	0,17%	16.976	0,90%	-81,97%
	83.637	4,78%	180.353	9,51%	-53,63%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	52.119	2,98%	40.023	2,11%	30,22%
Partes relacionadas	26.824	1,53%	43.425	2,29%	-38,23%
Imposto de renda diferido	23.768	1,36%	5.604	0,30%	324,13%
Investimentos em entidades não controladas valor justo	66.677	3,81%	81.213	4,28%	-17,90%
Tributos a recuperar	263	0,02%	-	0,00%	-100,00%
Outros ativos	8.441	0,48%	27	0,00%	31162,96%
	178.092	10,18%	170.292	8,98%	4,58%
Investimentos	150.656	8,61%	108.789	5,74%	38,48%
Imobilizado	1.194.632	68,29%	1.299.715	68,55%	-8,09%
Intangível	117.047	6,69%	115.388	6,09%	1,44%
Propriedades para investimentos	25.208	1,44%	21.419	1,13%	17,69%
	1.487.543	85,04%	1.545.311	81,51%	-3,74%
Total do ativo	1.749.272	100,00%	1.895.956	100,00%	-7,74%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$28,8 milhões, apresentando redução de 76,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$124,7 milhões. A variação observada é explicada principalmente (i) pelo aporte de capital de R\$ 36,5 milhões realizado na subsidiária Goiás, (ii) pelo aporte de capital de R\$ 30,4 milhões realizado na subsidiária MGE, (iii) pagamento à fornecedores, no valor de R\$ 40,0 milhões, pela subsidiária Energen e usinas do Complexo Eólico da Bahia referente à implantação de empreendimentos de geração de energia, (iv) pagamento de R\$ 22 milhões referente à devolução do montante de energia faturada e não entrega pela subsidiária Enercasa. A redução foi parcialmente compensada pelas captações de capital de giro tomadas pela Controladora.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$24,2 milhões, apresentando redução de 11,8% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$27,4 milhões. A variação observada é explicada principalmente pela (i) redução no saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$2,2 milhões da subsidiária Enercasa, haja vista a suspensão do faturamento do seu contrato de Venda de Energia com a CCEE, conforme termos do despacho ANEEL nº 1.516, de 14 de maio de 2013. O saldo remanescente refere-se à redução do “Contas a Receber” dos demais empreendimentos em operação pelo fato da data do recebimento da parcela da fatura, pela venda de energia, ter ocorrido no final de semana, fazendo com que o pagamento ocorresse no mês subsequente. A redução foi parcialmente compensada pelo aumento do saldo de “Contas a Receber” da subsidiária ENEX tendo em vista o aumento do número de contrato de prestação de serviços de O&M.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Dividendos a receber” atingiu R\$10,6 milhões, apresentando um aumento de 823,2% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1,2 milhão. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento de dividendos a receber da subsidiária Goiás Transmissão S.A. referente ao exercício social de 2013, no valor de R\$10,4 milhões.

Impostos a recuperar

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$6,5 milhões, apresentando um aumento de 38,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$4,6 milhões. Esta variação decorre do aumento da recuperação de PIS e COFINS, principalmente na subsidiária ENEX, tendo em vista o aumento das operações.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$9,4 milhões, aumento de 109,5% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$4,5 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) pelo aumento de R\$4,6 milhões com despesas antecipadas da Desenvix Controladora fruto da reclassificação das despesas com IPO anteriormente alocada no contas a receber com partes relacionadas, sendo que o valor, após análise pelos acionistas foi considerado gasto de estruturação organizacional não atrelado à operação de venda da companhia. Será dada baixa no valor contra outras despesas financeiras.

Investimentos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Investimentos mantidos para venda” atingiu R\$3,1 milhões, redução de 82% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$17 milhões. Esta variação decorre principalmente da venda do projeto da UHE São Roque, no valor de R\$15,5 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Investimentos mantidos para venda” a reclassificação do valor de R\$ 3,1 milhões, do saldo do investimento realizado no FIP Energias Renováveis S.A..

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$83,6 milhões, apresentando uma redução de 53,6% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$180,3 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$52,1 milhões, apresentando um aumento de 30,2% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$40,0 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento do saldo da aplicação financeira, no valor de R\$8,2 milhões, em nome da Desenvix Controladora, decorrente do complemento das garantias do contrato de emissão das Debêntures (ii) do aumento do saldo

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

da aplicação financeira, no valor de R\$7,0 milhões, em nome das usinas do Complexo Eólico da Bahia, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB. Por outro lado, mitigou o aumento do saldo de “Aplicação financeira restrita” o resgate de aplicação realizado pela UHE Monjolino, após aval do BNDES, tendo em vista a constituição de saldo acima do limite necessário, contribuindo com redução de R\$2,0 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$26,8 milhões, apresentando uma redução de 38,2% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$43,4 milhões. Esta variação decorreu, principalmente (i) pela transferência de saldo, no valor de R\$ 4,6 milhões, para “Outros ativos”, fruto da reclassificação das despesas com IPO, sendo que o valor, após análise pelos acionistas foi considerado gasto de estruturação organizacional não atrelado à operação de venda da companhia, sendo R\$ 3,9 milhões da Jackson e R\$701 mil da FUNCEF e (ii) pela baixa dos recebíveis da PauD’alho através da constituição de provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar a redução do saldo de “Partes relacionadas” o aumento no valor R\$875 mil da Adami Madeiras.

Imposto de renda diferido

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Imposto de renda diferido” foi de R\$23,8 milhões, apresentando um aumento de 324,1% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$5,6 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento do Imposto de renda diferido das subsidiárias Energen e Usinas do Complexo Eólico da Bahia, as quais aderiram ao regime tributário pelo lucro real em 2013 e juntas contribuíram para o aumento de R\$15,3 milhões do de “Imposto de renda diferido”.

Investimentos em entidades não controladas ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Investimentos em entidades não controladas ao valor justo” atingiu R\$66,7 milhões, apresentando uma redução de 17,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$81,2 milhões. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo, conta “Investimentos mantidos para venda”, no valor de R\$ 3,1 milhões, do saldo do investimento realizado no FIP Energias Renováveis S.A., além da reavaliação do valor justo dos empreendimentos minoritários motivado pela desconsideração da extensão da concessão.

Outros ativos

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$8,4 milhões, enquanto que em comparação com 31 de dezembro de 2012 o saldo era nulo. O valor representa a constituição de provisão de recebíveis das subsidiárias Seabra (R\$ 2,5 milhões) e Novo Horizonte (R\$5,5 milhões) referente ao superávit de geração de energia na comparação com o seu Contrato de Venda de Energia.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$150,6 milhões, apresentando um aumento de 38,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$108,8 milhões. Esta variação decorre principalmente dos investimentos realizados necessários para a implantação dos empreendimentos de transmissão de energia Goiás e MGE Transmissão S.A..

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.194,6 milhões, apresentando uma redução de 8,1% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.299,7 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) da depreciação do ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$59,5 milhões, além da baixa devido à acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, datado em 23/12/2013, que trata da redução de preço contratual, reconhecimento de dívida, transação e outras avenças, que adita o contrato efetuado entre as partes citadas da Empreitada Integral para Implantação das Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico da Bahia, que abrangem as controladas Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra. A dedução de preço foi incentivada pelo não atendimento do prazo de aceitação (entrega das Centrais Geradoras em funcionamento) na data acordada no contrato de empreitada. Com isso, houve redução de imobilizado nestas controladas no montante de R\$ 48,3 milhões, que representa a maior parte das baixas do ano de 2013, conforme apresentado no quadro abaixo.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Intangível” atingiu R\$117,1 milhões, apresentando aumento de 1,4% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$115,4 milhões. A variação observada é fruto principalmente da constituição de provisão para gastos ambientais necessários para manutenção da Licença de Operação, principalmente nas subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, por força do início de nova vigência das Licenças.

Propriedades para investimentos

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Propriedades para investimentos” atingiu R\$25,2 milhões, apresentando aumento de 17,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$21,4 milhões. A variação observada é fruto da aquisição de terras para implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.487,5 milhões, apresentando uma redução de 3,7% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.545,3 milhões.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.749,3 milhões, apresentando uma redução de 7,7% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.896,0 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO

Passivo e patrimônio líquido	dez/13	AV	dez/12	AV	AH
	reapresentado				
Circulante					
Fornecedores	33.260	1,90%	108.899	5,74%	-69,46%
Financiamentos	122.751	7,02%	70.366	3,71%	74,45%
Partes relacionadas	7.363	0,42%	30.078	1,59%	-75,52%
Concessões a pagar	6.500	0,37%	6.255	0,33%	3,92%
Salários e encargos sociais	4.135	0,24%	4.240	0,22%	-2,48%
Impostos e contribuições a recolher	14.822	0,85%	14.767	0,78%	0,37%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.816	0,39%	5.875	0,31%	16,02%
Provisão para contrato de energia	7.425	0,42%	33.058	1,74%	-77,54%
Dividendos propostos	47	0,00%	47	0,00%	0,00%
Terras servidão	-	0,00%	2.037	0,11%	-100,00%
Outros passivos	17.814	1,02%	27.267	1,44%	-34,67%
	220.934	12,63%	302.889	15,98%	-27,06%
Não circulante					
Financiamentos	800.503	45,76%	831.850	43,87%	-3,77%
Imposto de renda diferido	5.561	0,32%	6.676	0,35%	-16,70%
Concessões a pagar	56.538	3,23%	55.015	2,90%	2,77%
Tributos a pagar	741	0,04%	-	0,00%	100,00%
Outros Passivos	21.390	1,22%	12.061	0,64%	77,35%
	884.733	50,58%	905.602	47,76%	-2,30%
Total do passivo	1.105.667	63,21%	1.208.491	63,74%	-8,51%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	665.312	38,04%	665.312	35,09%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	32.963	1,88%	44.432	2,34%	-25,81%
Reservas de lucros	739	0,04%	8.448	0,45%	-91,25%
Lucros (prejuízos) acumulados	-55.994	-3,20%	-32.049	-1,69%	74,71%
	643.020	36,76%	686.143	36,19%	-6,28%
Participação dos não controladores	486	0,03%	1.322	0,07%	-63,24%
Total do patrimônio líquido	643.506	36,79%	687.465	36,26%	-6,39%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.749.172	100,00%	1.895.956	100,00%	-7,74%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Fornecedores” foi de R\$ 33,3 milhões, apresentando uma redução de 69,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$108,9 milhões. Esta variação decorreu da redução do saldo a pagar a Fornecedores, principalmente (i) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pelo acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, conforme comentado anteriormente na conta “Imobilizado” afetando em R\$ R\$ 48,3 milhões, (ii) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pelo acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, que resultou no pagamento efetivo de R\$20 milhões ao fornecedor Alstom e (iii) da subsidiária Energem pelo pagamento de fornecedores relacionados à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, no valor de R\$5,6 milhões.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$122,7 milhões, apresentando um aumento de 74,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$70,4 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) da captação de financiamento na Desenvix Controladora, no valor de R\$75 milhões em função da necessidade de giro de algumas de suas subsidiárias, (ii) da variação cambial líquida R\$15,2 milhões, (iii) da transferência de parcela a vencer do longo prazo para o curto prazo no total de R\$31,3 milhões e (iv) pela apropriação de encargos financeiros ao resultado no valor de R\$66,8 milhões. Por outro lado, contribuiu para a redução do saldo de “Financiamentos” o pagamento de R\$70,7 milhões de juros e o pagamento de R\$64,8 milhões de principal.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$7,4 milhões, apresentando uma redução de 75,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$30,1 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) da redução do saldo a pagar à Engevix, no valor de R\$5,9 milhões, em função do pagamento realizado de saldo dos contratos de EPC e (ii) pela liquidação do compromisso de aporte de capital na Goiás Transmissão S.A. no valor de R\$8,7 milhões e na MGE Transmissão S.A. no valor de R\$7,7 milhões.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$6,5 milhões, apresentando um aumento de 3,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando

atingiu R\$6,2 milhões. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2013.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$4,1 milhões, apresentando uma redução de 2,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$4,2 milhões. O saldo de “Salários e encargos sociais” é representado pelos compromissos com folha da Controladora e da subsidiária ENEX.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Impostos e contribuições a recolher” atingiu R\$14,8 milhões, permanecendo estável em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$14,8 milhões.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social a recolher” atingiu R\$6,8 milhões, apresentando um aumento de 16,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$5,9 milhões. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecido por competência no exercício de 2013.

Provisão para contrato de energia

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Provisão para contrato de energia” atingiu R\$7,4 milhões, apresentando uma redução de 77,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$33,1 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) do pagamento, no valor de R\$22,0 milhões, pela energia faturada, recebida e não entregue, durante o ano de 2012, pela nossa subsidiária Enercasa e (ii) pela baixa de provisão para aplicação de fator “j” à penalidade, pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, durante o ano de 2012 no valor de R\$7,7 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Provisão para contrato de energia” a constituição de provisão para multa pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, durante o ano de 2013, no valor de R\$4,1 milhões.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$17,8 milhões, apresentando uma redução de 34,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$27,3 milhões. Esta variação decorre principalmente da baixa por pagamento de provisão para gastos pré operacionais da subsidiária Energen, no valor de R\$ 15,3 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Outros passivos” a constituição de provisão, no valor de R\$ 3,2 milhões, pelo déficit de geração da subsidiária Energen na comparação com os compromissos assumidos em seu contrato de Venda de Energia.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$220,9 milhões, apresentando uma redução de 27,1% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$27,3 milhões.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$800,5 milhões, apresentando uma redução de 3,8% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$831,9 milhões. Esta variação decorre da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$31,3 milhões.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$56,5 milhões, apresentando um aumento de 2,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$55,0 milhões. Esta variação decorre principalmente da combinação do efeito da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2013, além do efeito da correção monetária.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$21,4 milhões, apresentando um aumento de 77,4% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$12,1 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) da constituição de provisões para gastos com adequação de meio ambiente das subsidiárias Monjolinho, R\$4,8 milhões,

Santa Rosa R\$1,5 milhão e Santa Laura R\$1,3 milhão e (ii) da constituição de provisão, no valor de R\$2,1 milhões, pelo déficit de geração da subsidiária Energen na comparação com os compromissos assumidos em seu contrato de Venda de Energia.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$884,7 milhões, apresentando uma redução de 2,3% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$905,6 milhões.

Total de passivo

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Total de passivo” atingiu R\$1.105,7 milhões, apresentando uma redução de 8,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.208,5 milhões.

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 643,0 milhões, apresentando uma redução de 6,3% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$686,1 milhões. Esta variação se deu por força do prejuízo apurado do exercício social de 2013, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 31.654 mil excluindo participação de não controladores, além da redução de R\$11.469 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Participação dos não controladores” era de R\$486 mil, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.749,2 milhões, apresentando uma redução de 7,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.896 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 REAPRESENTADO.

	2013	2012	AH
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	185.424	164.404	12,79%
Serviços prestados	25.916	22.618	14,58%
Receita operacional	211.340	187.022	13,00%
Custo do fornecimento de energia elétrica	-85.408	-71.482	19,48%
Custo dos serviços prestados	-18.242	-14.261	27,92%
	-103.650	-85.743	20,88%
Lucro (prejuízo) bruto	107.690	101.279	6,33%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-42.506	-51.558	-17,56%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.763	513	438,60%
Participação nos lucros de controladoras	0	158	-100,00%
	-39.743	-50.887	-21,90%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	67.947	50.392	34,84%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-131.665	-89.234	47,55%
Receitas financeiras	19.212	7.255	164,81%
	-112.453	-81.979	37,17%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas em conjunto	1.307	4.867	-73,15%
Dividendos recebidos	2.859	1.074	166,20%
Amortização de ágio	-1.150	-1.150	0,00%
	3.016	4.791	-37,05%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-41.490	-26.796	54,84%
Imposto de renda e contribuição social	9.000	-4.826	-286,49%
Lucr (Prejuízo) líquido do exercício	-32.490	-31.622	2,74%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	-31.654	-31.998	-1,08%
Participação de não controladores	-836	376	-322,34%
	-32.490	-31.622	2,74%
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações	-0,27054	-0,27348	-1,08%



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita Operacional Líquida

Em 2013, a receita operacional líquida total somou R\$ 211,3 milhões, representando aumento de R\$ 24,3 milhões, equivalente a 13,0% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 187 milhões.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Receita Líquida Total	187.022	211.340	13,0
- Fornecimento de energia	164.404	185.424	12,8
- Serviços O&M	22.516	25.291	12,3
- Outros serviços	101	626	519,8

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica

Em 2013, a receita líquida com o fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 185,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 21,0 milhões, crescimento de 12,8% em comparação com 2012, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 164,4 milhões. O aumento decorreu principalmente (i) do incremento da receita de venda de energia do Complexo Eólico da Bahia e do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, contribuindo com adicional de R\$ 21,8 milhões e R\$ 6,8 milhões, respectivamente, em função da entrada em operação comercial ao longo do 2S12, (ii) pela reversão de receita líquida, no valor de R\$ 20,7 milhões, da UTE Encrása, ocorrida em dezembro de 2012, fruto da não geração de energia conforme comentado no item 9-A acima e (iii) pelo reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias, contribuindo com cerca de R\$ 8,1 milhões.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento da receita líquida de fornecimento de energia elétrica, no período dos doze meses de 2013 (i) a redução de R\$ 29,1 milhões na receita líquida da UTE Encrása por força da suspensão temporária da liquidação financeira perante a CCEE, conforme comentado no item 9-A acima, (ii) a variação do resultado com GSF/MRE no valor de R\$ 3,4 milhões, (iii) pela contabilização do déficit de geração de energia do contrato de fornecimento referente às usinas eólicas, no valor líquido total de R\$ 1,9 milhões, conforme comentado no item 9-B acima e (iv) redução do faturamento da PCH Moinho em cerca de R\$ 1 milhão pela revisão do preço de comercialização, conforme previa o Contrato de Venda de Energia.

Receita líquida de serviços de O&M

Em 2013, a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 25,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 12,3% em comparação com 2012, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 22,5 milhões. O aumento foi decorrente dos reajustes contratuais,



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

novos contratos firmados, principalmente no 4T13, além do faturamento de serviços extras realizados, durante o 1T13, não previstos em contratos.

Em 31 de dezembro de 2013, a ENEX possuía 37 contratos de prestação de serviços de O&M, dos quais, 34 somavam capacidade instalada de 1.115 MW, além de 3 contratos referentes ao O&M de duas linhas de transmissão e uma subestação.

Receita líquida de outros serviços

Em 2013, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 626 mil, enquanto que em 2012 o valor foi de R\$ 101 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2013, o custo dos serviços prestados somou R\$ 103,6 milhões, representando aumento de R\$ 17,9 milhões, equivalente a 20,9% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 85,7 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Custo Total	85.743	103.650	20,9
- Custo do fornecimento de energia elétrica	71.482	85.408	19,5
- Depreciação e amortização	47.706	65.199	36,7
- Encargos setoriais	9.028	10.150	12,4
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.659	9.853	13,8
- Custo com compra de energia elétrica	6.089	206	-96,6
- Custo dos serviços prestados	14.261	18.242	27,9
- Serviços de O&M	14.154	17.806	25,8
- Outros serviços	107	436	307,5

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização atingiu R\$ 65,2 milhões em 2013, incremento de 36,7% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento do ativo imobilizado decorrente da maior quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 15,7 milhões na depreciação.

Em menor escala, houve redução no valor da depreciação das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, em função da baixa do imobilizado ocorrido em dezembro de 2013, fator da negociação do saldo a pagar com fornecedor.

Encargos setoriais

Gasto com encargos setoriais totalizou R\$ 10,1 milhões em 2013, crescimento de 12,4% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento na quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 2,7 milhões com encargos de conexão e transmissão.

O aumento dos gastos com encargos setoriais foi parcialmente compensado pela desoneração provocada pela medida provisória 579, reduzindo em cerca de R\$ 1 milhão os encargos com taxas de uso do sistema de distribuição e transmissão.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Em 2013, outros custos de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 9,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 1,2 milhão, incremento 13,8% na comparação com 2012, quando atingiu R\$ 8,7 milhões. O aumento tem como principais fatores (i) o reconhecimento de aporte de garantias e liquidação financeira das operações da Enercasa no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 1,2 milhão e (ii) o início da cobrança pelo serviço de O&M prestado às usinas do Complexo Eólico da Bahia, a partir de julho de 2013, contribuindo para o aumento de R\$ 1,2 milhão.

Em contra partida ao aumento dos outros custos de fornecimento de energia elétrica ocorreram reduções na contratação de serviços de terceiros, em 2013, na comparação com o ano anterior.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2013 é relativa à compra de energia da PCH Moinho. Já em 2012, o valor de R\$ 6,2 milhões é referente à compra de energia da UTE Enercasa. Em ambos os casos o objetivo foi o de atender os compromissos comerciais assumidos no Contrato de Compra e Venda de Energia, das subsidiárias.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2013 foi de R\$ 17,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 3,6 milhões, incremento 25,8% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 14,1 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos. Também contribuiu, a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX, adicionalmente ao reconhecimento de férias retroativas e encargos com desligamento de funcionários.

Outros serviços



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

O custo dos outros serviços em 2013 foi de R\$ 436 mil, apresentando aumento de 307,5% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 107 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos.

Despesas (Receitas) Operacionais

Em 2013, as despesas operacionais atingiram R\$ 39,7 milhões, apresentando redução de R\$ 11,1 milhões, equivalente 21,9% em comparação com o mesmo período de 2012, quando atingiram R\$ 50,9 milhões.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Despesas (Receitas) Totais	50.887	39.743	-21,9
- Gerais e Administrativas totais	51.558	42.506	-17,6
- Gerais e administrativas	32.106	37.667	17,3
- Honorários da administração	4.639	5.081	9,5
- Com estudos em desenvolvimento	3.793	2.211	-41,7
- Penalidade por inadimplência CCEE	11.020	(2.453)	-122,3
- Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(513)	(2.763)	438,6
- Participação nos lucros de controladas	(158)	-	-100,0

Despesas gerais e administrativas

Em 2013, despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 37,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 5,6 milhões, incremento de 17,3% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 32,1 milhões. O crescimento é fator (i) da constituição de provisão para indenizações trabalhistas, no valor de R\$ 1,6 milhão, tendo em vista a estruturação organizacional ocorrida no final de 2013, (ii) início da operação comercial, ao longo do 2S12, do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e do Complexo Eólico da Bahia contribuindo com aumento de R\$ 1,7 milhão e de R\$ 2,5 milhões, respectivamente.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento das despesas gerais e administrativas reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado diretamente à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX.

Honorários da administração

Em 2013, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 5,1 milhões, apresentando aumento de R\$ 442 mil, incremento de 9,5% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 4,6 milhões. O crescimento é fator (i) da correção salarial ocorrido durante 2013 conforme deliberado pela AGO/E de 25 de abril de 2013, (ii) no mês de fevereiro de 2013 ocorreram duas remunerações ao cargo de Diretor Presidente, período de transição da Presidência da Companhia, e (iii) remuneração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores cuja função foi exercida pelo Diretor Presidente da Companhia durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa e não remunerada, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Com estudos em desenvolvimento

As despesas contemplam investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. A redução das despesas com estudos em desenvolvimento reflete o atual período de estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento.

Penalidade por inadimplência CCEE

Os gastos com penalidades por inadimplemento CCEE constituem em sua maioria provisões pela situação da subsidiária UTE Enercasa, englobando reversão de provisão no valor de R\$7,7 milhões e constituição de provisão no valor de R\$ 4,1 milhões.

Em 2013, o valor também contempla provisão, no valor de R\$ 1,2 milhão, do déficit de geração das subsidiárias Macaúbas e Barra dos Coqueiros.

Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas

A receita de R\$ 2,8 milhões apurada em 2013 é referente à baixa de provisão para contingência civil e baixa para provisão de impostos.

Resultado Financeiro

Em 2013, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 112,4 milhões, aumento de R\$ 30,5 milhões, incremento de 37,2% na comparação com 2012, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 82,0 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Despesas financeiras	89.234	131.665	47,6
- Com financiamentos	53.050	66.786	25,9
- Cartas de fiança bancária	17.828	5.236	-70,6
- IOF e multa e juros sobre tributos	5.787	2.004	-65,4
- Variações monetárias e cambiais passivas	490	27.717	5556,5
- Concessões a pagar e outras despesas	10.179	8.893	-12,6
- Outras despesas financeiras	1.900	21.029	1006,8
Receitas financeiras	7.255	19.212	164,8
- Com aplicações financeiras	3.461	5.579	61,2
- Variações monetárias e cambiais ativas	3.794	13.633	259,3
Resultado Financeiro	81.979	112.453	37,2

Despesas financeiras

Em 2013, as despesas financeiras atingiram R\$ 131,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 42,4 milhões, incremento 47,6% na comparação com 2012, quando atingiram R\$ 89,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento de 25,9% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 53,0 milhões 2012 para R\$ 66,8 milhões em 2013, em consequência (a) dos juros incorridos sobre o empréstimo do CDB tomados pela subsidiária Energen, cuja liberação ocorreu em dezembro de 2012, contribuindo com R\$ 6,2 milhões, (b) dos juros incorridos sobre o empréstimo do BNB tomado pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, e que entraram em operação em julho de 2012, no valor de R\$ 8,1 milhões e (c) do aumento das despesas com empréstimos da Desenvix Holding no valor de R\$ 4,9 milhões. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (d) pela redução de R\$ 5,4 milhões no valor dos juros amortizados dos empréstimos firmados com o BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa, PCH Moinho, UHE Monjolinho e UTE Enercasa, em função da redução da TJLP, além dos juros pagos serem decrescentes; (ii) do aumento da variação cambial passiva no valor de R\$ 27,7 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima; (iii) do aumento de outras despesas financeiras em função (a) da constituição de provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões, referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'algo, conforme comentado no item 9-D, (b) da baixa de R\$ 1,6 milhão com gastos de estruturação da companhia para abertura de capital, anteriormente contabilizados como recebíveis de acionistas e (c) da apuração de Imposto de Renda sobre remessa ao exterior, incidente sobre o juros amortizado ao CDB pela subsidiária Energen, no valor de R\$ 1 milhão.

Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas financeiras, de 2013, (i) a queda das despesas com IOF, tendo em vista a redução das captações de recursos ao longo do período, (ii) a redução das despesas com fiança bancária, tendo em vista a retirada das fianças da UHE Monjolinho, ocorrido a partir de outubro de 2012, além do reconhecimento, em setembro de 2012, das garantias corporativas retroativas devidas ao Controlador Grupo Engevix e (iii) a redução das concessões a pagar, relativas principalmente à UBP da UHE Monjolinho.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Receitas financeiras

Em 2013, as receitas financeiras atingiram R\$ 19,2 milhões, apresentando de aumento de R\$ 12,0 milhões, incremento de 164,8% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 7,3 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento das variações cambiais ativas no valor de R\$ 12,5 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo em dólar tomado junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima e (ii) do aumento da receitas com aplicações financeiras, em função do maior saldo de aplicações financeiras.

Resultado de Participações Societárias

Em 2013, o resultado de participações societárias positivo em R\$ 3,0 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 4,8 milhões apurado em 2012.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	4.867	1.307	-73,1
- Dividendos recebidos	1.074	2.859	166,2
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
Resultado de participações	4.791	3.016	-37,0

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto de 2013 é composto (i) pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,6 milhão, (ii) pelo resultado negativo da subsidiária MGE Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,2 milhão e (iii) pelo resultado positivo da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), no valor de R\$ 928 mil.

Dividendos recebidos

Em 2013 a Companhia recebeu dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas (5%) no valor de R\$ 1,9 milhão bem como dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida na Dona Francisca (2,12%) no valor de R\$ 969 mil.

Amortização de ágio

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex, Monjolinho, Enercasa, Usinas do Complexo Eólico da Bahia e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2013, imposto de renda e contribuição social contribuíram favoravelmente para o resultado em R\$ 9,0 milhões, fruto principalmente da constituição de provisão de IR Diferido sobre prejuízos acumulados parcial no valor de R\$ 8,6 milhões da subsidiária Energen, R\$ 2,8 milhões das subsidiárias que constituem o Complexo Eólico da Bahia, e de R\$ 2,7 milhões da subsidiária Monel. Também contribuiu a reversão de provisão para IR Diferido da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 3,9 milhões, calculado sobre a variação dos investimentos em entidades não controladas ao valor justo. Para o mesmo período de 2012, imposto de renda e contribuição social contribuíram negativamente para o resultado em R\$ 4,8 milhões.

Participação de Não Controladores

Em 2013, a participação de não controladores foi de R\$ (836) mil, contra R\$ 376 mil em 2012, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A..

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Em 2013, foi registrado prejuízo de R\$ 32,5 milhões, contra prejuízo de R\$ 31,6 milhões em 2012, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Ativo	dez/12	AV	dez/11	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	127.077	6,53%	41.490	2,40%	206,28%
Aplicação financeira restrita	0	0,00%	24.799	1,43%	-100,00%
Contas a receber	28.675	1,47%	34.505	1,99%	-16,90%
Dividendos a receber	777	0,04%	0	0,00%	100,00%
Impostos a recuperar	4669	0,24%	3.560	0,21%	31,15%
Estoques	1.030	0,05%	696	0,04%	47,99%
Outros ativos	4.832	0,25%	18.627	1,08%	-74,06%
Investimento mantidos para venda	16.976	0,87%	0	0,00%	100,00%
Total do ativo circulante	184.036	9,45%	123.677	7,14%	48,80%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	41.929	2,15%	32.081	1,85%	30,70%
Partes relacionadas	43.425	2,23%	33.680	1,95%	28,93%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.604	0,29%	2.051	0,12%	173,23%
Outros ativos	31	0,00%	60	0,00%	-48,33%
	90.989	4,67%	67.872	3,92%	34,06%
Investimentos	187.956	9,65%	136.911	7,91%	37,28%
Imobilizado	1.367.517	70,24%	1.257.604	72,65%	8,74%
Intangível	116.380	5,98%	144.953	8,37%	-19,71%
Total do ativo não circulante	1.762.842	90,55%	1.607.340	92,86%	9,67%
Total do ativo	1.946.878	100,00%	1.731.017	100,00%	12,47%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$127.077 mil, apresentando aumento de 206,28% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$41.490 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pelo aumento de R\$103.516 mil no saldo da subsidiária Energen, em função do recebimento do financiamento de longo prazo para a implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, (ii) pelo aumento de R\$6.720 mil no saldo da Desenvix Controladora, em função do saldo remanescente das Debêntures, ocorrido no final de 2012. Em contrapartida, observou-se no período uma redução do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Seabra, no valor de R\$5.153 mil, (ii) na Novo

Horizonte, no valor de R\$8.340 mil e (iii) na Macaúbas, no valor de R\$6.756 mil, em função da utilização do saldo na implantação dos empreendimentos. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$24.799 mil, representando investimento em conta reserva por força de contrato de garantia junto à instituição bancária pela carta fiança do empréstimo de R\$120.000 mil junto à SN Power. O valor da aplicação foi liberado no dia 08 de março de 2012, quando a SN Power oficialmente adquiriu participação acionária da Desenvix.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$28.675 mil, apresentando uma redução de 16,90% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$34.505 mil. A variação observada é explicada principalmente pela (i) redução no saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$15.705 mil da subsidiária Enercasa. Em contrapartida, observou-se no período um aumento do saldo de “Contas a Receber” (i) na Seabra, no valor de R\$1.297 mil, (ii) na Novo Horizonte, no valor de R\$1.179 mil, (iii) na Macaúbas, no valor de R\$1.533 mil, (iv) na Passos Maia, no valor de R\$1.322 mil e (v) na Energen, no valor de R\$1.285 mil, em função do saldo a receber pela comercialização de energia, uma vez que tais empreendimentos entraram em operação comercial durante o ano de 2012. O saldo remanescente refere-se ao aumento “Contas a Receber” dos demais empreendimentos em operação pelo fato da data do recebimento da parcela da fatura, pela venda de energia, ter ocorrido no final de semana, fazendo com que o pagamento ocorresse no mês subsequente.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$4.669 mil, apresentando um aumento de 31,15% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$3.560 mil. Esta variação decorre, principalmente, da reclassificação da receita faturada da subsidiária Enercasa para passivo a longo prazo, acarretando em recuperação de PIS e COFINS. O detalhamento da reclassificação mencionada acima é encontrado na explicação da variação da conta “Provisão para contrato de energia” do passivo circulante, a seguir.

Outros ativos

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$4.832 mil, uma redução de 74,06% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$18.627 mil. Esta variação decorre principalmente (i) pela redução de R\$9.659 mil com despesas antecipadas da Desenvix Controladora pela reclassificação das despesas com IPO para contas a receber com partes relacionadas e (ii) pela redução de R\$ 4.983 mil de outros ativos da Santa Rosa, pelo recebimento do seguro fruto sinistro ocorrido no início de 2011, quando a casa de força foi inundada pela forte chuva que atingiu a região onde o empreendimento está localizado.

Investimentos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Investimentos mantidos para venda” atingiu R\$16.976 mil, enquanto que em 31 de dezembro de 2011 o saldo era nulo. O saldo de 31 de dezembro de 2012 representa os investimentos realizados nos projetos SE Caldas Novas, no valor de R\$1.373 mil e na UHE São Roque, no valor de R\$15.603 mil, ativos que serão vendidos no curto prazo.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$184.036 mil, apresentando um aumento de 48,80% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$123.677 mil.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$41.929 mil, apresentando um aumento de 30,70% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$32.081 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” (i) no valor de R\$1.907 mil em nome da Passos Maia, (ii) no valor de R\$1.885 mil em nome da Moinho, ambos decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNDES e (iii) no valor de R\$4.938 mil em nome da Desenvix Controladora, decorrente das garantias do contrato de emissão das Debêntures.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$43.425 mil, apresentando um aumento de 28,93% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o

saldo foi de R\$33.680 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do aumento de R\$ 3.570 mil com o controlador Jackson, (ii) do aumento de R\$ 1.092 mil com o controlador FUNCEF, ambos em função dos valores a serem reembolsados com os custos do IPO e (iii) do aumento de R\$3.087 mil com a Engevix, pelo valor a ser reembolsado com o projeto de Baixo Iguaçu.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social diferidos” foi de R\$5.604 mil, apresentando um aumento de 173,23% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de R\$2.051 mil. Esta variação decorreu, principalmente do aumento do Imposto de renda e contribuição social diferidos da subsidiária Monel, em função do seu resultado de 2012.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$187.956 mil, apresentando um aumento de 37,28% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$136.911 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento do valor justo da participação minoritária no CERAN, no montante de R\$3.799 mil, (ii) integralização de capital na Goiás Transmissora, no montante de R\$31.215 mil e (iii) integralização de capital na MGE Transmissora, no montante de R\$15.098 mil.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.367.517 mil, apresentando um aumento de 8,74% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.257.604 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente do investimento na construção do empreendimento Barra dos Coqueiros no valor de R\$115.622 mil. Em contrapartida, o imobilizado sofreu redução pela depreciação ocorrida no ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$50.616 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Intangível” atingiu R\$116.380 mil, apresentando redução de 19,71% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$144.953 mil. A redução observada foi fruto principalmente (i) da baixa do intangível da Desenvix Controladora, no valor de R\$15.333 mil, em função da reclassificação dos projetos Baixo Iguaçu e UHE São Roque e (ii) da baixa por reclassificação do intangível da Monel, no valor de R\$ 17.425 mil, representado em grande parte pelo Uso do Bem Público.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.762.842 mil, apresentando um aumento de 9,67% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.607.340 mil.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.946.878 mil, apresentando um aumento de 12,47% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.731.017 mil.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Passivo e patrimônio líquido	dez/12	AV	dez/11	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	111.733	5,74%	140.880	8,14%	-20,69%
Financiamentos	74.052	3,80%	81.519	4,71%	-9,16%
Partes relacionadas	30.078	1,54%	123.059	7,11%	-75,56%
Concessões a pagar	6.255	0,32%	5.371	0,31%	16,46%
Salários e encargos sociais	4.240	0,22%	2.756	0,16%	53,85%
Impostos e contribuições a recolher	14.886	0,76%	12.610	0,73%	18,05%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6010	0,31%	4.387	0,25%	37,00%
Provisão para contrato de energia	33.058	1,70%	0	0,00%	100,00%
Dividendos propostos	47	0,00%	529	0,03%	-91,12%
Outros passivos	29.725	1,53%	10.381	0,60%	186,34%
Total do passivo circulante	310.084	15,93%	381.492	22,04%	-18,72%
Não circulante					
Financiamentos	874.782	44,93%	674.156	38,95%	29,76%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.676	0,34%	6.924	0,40%	-3,58%
Concessões a pagar	55.015	2,83%	66.593	3,85%	-17,39%
Outros Passivos	12.857	0,66%	3.716	0,21%	245,99%
Total do passivo não circulante	949.330	48,76%	751.389	43,41%	26,34%
Total do passivo	1.259.414	64,69%	1.132.881	65,45%	11,17%
Patrimônio líquido					
Capital social	665.312	34,17%	546.787	31,59%	21,68%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.432	2,28%	41.867	2,42%	6,13%
Reservas de lucros	8.396	0,43%	7.867	0,45%	6,72%
Lucros acumulados	-31.998	-1,64%	0	0,00%	0,00%
Participação dos não controladores	1.322	0,07%	1.615	0,09%	-18,14%
Total do patrimônio líquido	687.464	35,31%	598.136	34,55%	14,93%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.946.878	100,00%	1.731.017	100,00%	12,47%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Fornecedores” foi de R\$111.733 mil, apresentando uma redução de 20,69% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de

R\$140.880 mil. Esta variação decorreu da redução do saldo a pagar a Fornecedores dos nossos empreendimentos em construção, os quais entraram em operação durante o ano de 2012, sendo Enercasa R\$ 16.333 mil, Moinho R\$ 2.765 mil e Usinas do Parque Eólico da Bahia R\$ 6.592 mil. Adicionalmente houve redução do saldo a pagar com o Fornecedor Parte Relacionada Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção, no valor de R\$ 2.435 mil.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$74.052 mil, apresentando uma redução de 9,16% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$81.519 mil. Tal variação decorre principalmente da redução do saldo de financiamento da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 30.970 mil em função da liquidação dos empréstimos tipo ponte, tomado com o objetivo de garantir o andamento dos nossos empreendimentos em implantação, enquanto o financiamento de longo prazo não fosse liberado. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Financiamentos” a (i) transferência de parcela a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 9.737 mil dos empréstimos tomados junto ao BNDES pelas nossas subsidiárias Enercasa, Passos Maia e Moinho, (ii) transferência de parcela a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 6.973 mil dos empréstimos tomados junto ao BNB pelas nossas subsidiárias Macaúas, Seabra e Novo Horizonte e (iii) transferência de parcela a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 6.803 mil do empréstimo tomado junto ao CDB pela nossa subsidiária Energen.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$ 30.078 mil, apresentando uma redução de 75,56% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$123.059 mil. Tal variação decorre principalmente da redução do saldo do empréstimo de R\$120.000 mil tomado junto a SN Power. Em 08 de março de 2012, esse valor foi transformado em aporte primário de capital.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$ 6.255 mil, apresentando um aumento de 16,46% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 5.371 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2012.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$ 4.240 mil, apresentando um aumento de 53,85% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 2.756 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colaboradores da nossa subsidiária ENEX.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Impostos e contribuições a recolher” atingiu R\$ 14.886 mil, apresentando um aumento de 18,05% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 12.610 mil. Tal variação decorre principalmente da provisão de IOF a pagar sobre os empréstimos de mútuo ocorridos entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, durante o ano de 2012.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social a recolher” atingiu R\$ 6.010 mil, apresentando um aumento de 37,00% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 4.387 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2012.

Provisão para contrato de energia

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Provisão para contrato de energia” atingiu R\$ 33.058 mil, enquanto que em 31 de dezembro de 2011, o saldo era nulo. Tal variação decorre principalmente (i) da provisão para multa pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, durante o ano de 2012, no valor de R\$ 11.020 mil e (ii) do saldo a pagar pela energia faturada, recebida e não entregue, durante o ano de 2012, pela nossa subsidiária Enercasa, no valor de R\$ 22.038 mil.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 29.725 mil, apresentando um aumento de 186,34% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 10.381 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Energen, Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas com (i) projetos sociais relacionados

ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento, uma vez que os mesmos entraram recentemente em fase de operação.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 310.084 mil, apresentando uma redução de 18,72% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 381.492 mil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 874.782 mil, apresentando um aumento de 29,76% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 674.156 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da liberação do financiamento do BNDES da UTE Decasa, no valor de R\$ 55.504 mil, ocorrido em janeiro de 2012, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 7.600 mil, ocorrido em janeiro de 2012, tendo afetado nosso balanço em 50% do valor haja visto nossa participação no empreendimento, (iii) da liberação do financiamento do CDB da Energen, no valor de R\$ 102.049 mil, ocorrido em dezembro de 2012 e (iv) da captação de R\$ 100.000 mil em Debêntures, pela Desenvix Holding, ocorrida no mês de dezembro de 2012.

Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do saldo não circulante de financiamentos a (i) transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 27.939 mil, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monjolinho, Moinho e Passos Maia, (ii) transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.803 mil, do empréstimo tomado junto ao CDB pela Energen, (iii) transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.973 mil, dos empréstimos tomados junto ao BNB dos empreendimentos Seabra, Macaúbas e Novo Horizonte, além da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.469 mil dos empréstimos tomados junto ao FINEP da Desenvix Controladora.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$ 55.015 mil, apresentando uma redução de 17,39% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 66.593 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da mudança da

classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2012.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 12.857 mil, apresentando um aumento de 245,99% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 3.716 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Energen, Seabra, Novo Horizonte, Macaúbas e Moinho com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento, uma vez que os mesmos entraram recentemente em fase de operação.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$ 949.330 mil, apresentando um aumento de 26,34% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 751.389 mil.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$ 686.142 mil, apresentando um aumento de 15,02% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 596.521 mil. Esta variação se deu por força do aumento na conta “Capital Social”, em função da integralização de R\$120.000 mil pelo controlador SN Power e em menor escala pela variação no ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação das nossas participações não controladoras nos empreendimentos CERAN e Dona Francisca. Por outro lado, contribuiu para a redução do “Patrimônio líquido” o prejuízo de R\$ 31.998 mil referente ao exercício de 2012.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Participação dos não controladores” era de R\$ 1.322 mil, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.946.878 mil, apresentando um aumento de 12,47% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 1.731.017 mil.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

	2012	2011	AH
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	175.609	130.061	35,02%
Serviços prestados	22.618	13.342	69,52%
Receita operacional	198.227	143.403	38,23%
Custo do fornecimento de energia elétrica	-76.728	-64.524	18,91%
Custo dos serviços prestados	-14.261	-9.309	53,20%
	-90.989	-73.833	23,24%
Lucro (prejuízo) bruto	107.238	69.570	54,14%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-48.445	-28.213	71,71%
Com estudos em desenvolvimento	-3.793	-4.352	-12,84%
Perdas com contratos de energia	0	-2.466	-100,00%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	73	-276	-126,45%
	-52.165	-35.307	47,75%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	55.073	34.263	60,74%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-92.806	-54.729	69,57%
Receitas financeiras	7.592	7.083	7,19%
	-85.214	-47.646	78,85%
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	3.437	1.580	117,53%
Dividendos recebidos	1074	941	14,13%
Ganho com investimento	441	17264	-97,45%
Amortização de Agio sobre investimento	-1150	-383	200,26%
Provisão para passivo a descoberto	0	0	0,00%
	3.802	19.402	-80,40%
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-26.339	6.019	-537,60%
Imposto de renda e contribuição social	-5.283	-3.571	47,94%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-31.622	2.448	-1391,75%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	-31.998	2.546	-1356,79%
Participação de não controladores	376	-98	-483,67%
	-31.622	2.448	-1391,75%
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações	-0,2978	0,0255	-1267,84%

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita operacional

Em 2012 a receita operacional total somou R\$ 198.227 mil, representando aumento de 38,23% na comparação com 2011, quando o valor foi de R\$ 143.403 mil. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 35,02% da receita operacional de fornecimento de energia elétrica e pelo aumento de 69,52% da receita operacional de serviços.

Os componentes da receita operacional e suas variações são tratados a seguir:

Fornecimento de energia elétrica

Em 2012, o fornecimento de energia elétrica gerou receita de R\$ 175,6 milhões, apresentando um aumento de 35% em comparação com 2011, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 130,1 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2012 decorreu principalmente (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs e UHE, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, contribuindo com R\$ 7,3 milhões adicionais à receita líquida (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, tendo operado durante os 12 meses de 2012, contribuindo com R\$ 6,9 milhões adicionais, (iii) da receita de venda de energia da PCH Passos Maia, a qual entrou em operação durante o mês de fevereiro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 11,2 milhões, já considerando a participação de 50% da Desenvix no empreendimento, (iv) da receita de venda de energia das Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, as quais entraram em operação durante o mês de julho de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 23,2 milhões, (v) da receita de venda de energia da Eólico Barra dos Coqueiros, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 7,6 milhões, (vi) pelo aumento de outras receitas da PCH Santa Rosa, a qual contabilizou perda de R\$ 2,8 milhões em 2011 como penalidade pela não disponibilidade no sistema em parte do ano, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina e (vii) pela comercialização no mercado livre da energia excedente ao Contrato de Compra e Venda de Energia da UTE Enercasa no valor de R\$ 4,3 milhões.

Em contrapartida ao aumento na receita de fornecimento de energia elétrica em 2012, a queda na receita da UTE Decasa contribuiu para sua redução. A receita faturada com a energia não entregue pela UTE Decasa foi reclassificada para o contas a pagar de longo prazo, contribuindo assim para a redução de R\$ 17 milhões da receita.



Serviços prestados

Serviços prestados de O&M

Em 2012, a receita de serviços de O&M somou R\$ 22,5 milhões, representando um aumento de 71,3% em relação a 2011, quando atingiu R\$ 13,1 milhões. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 31 de dezembro de 2012, a ENEX possuía 34 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.155 MW, representando um aumento de 6,7% na comparação com 31 de dezembro de 2011, quando possuía 31 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 1.082 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	Variação % 2012 x 2011
Quantidade Total	31	34	9,7
- Em operação	26	34	30,8
- Em construção	5	-	-100
Potência Total (MW)	1.082	1.155	6,7
- Em operação	955	1.155	20,9
- Em construção	127	-	-100

Serviços prestados de outros serviços

Em 2012, a receita de outros serviços prestados somou R\$ 101 mil, uma redução de 49% em relação a 2011, quando atingiu R\$ 198 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento da Desenvix Controladora, composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além da prestação de serviços de consultoria.

Custos

O custo totalizou R\$ 90.989 mil em 2012, apresentando um aumento de 23,24% na comparação com 2011, quando atingiu R\$ 73.833 mil, equivalente a 45,9% e 51,5% da receita operacional líquida de 2012 e 2011, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, pelo aumento de 18,91% do custo do fornecimento de energia elétrica e pelo aumento de 53,20% do custo dos serviços prestados.

Os componentes do custo e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo do fornecimento de energia elétrica

Diferentemente das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2012, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia elétrica, destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico de 2012 da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

O custo do fornecimento de energia elétrica em 2012 foi de R\$ 69,3 milhões, apresentando aumento de 73,4%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 39,9 milhões. O crescimento tem como principal causa o aumento na quantidade de usinas em operação, sendo (i) PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, tendo operado durante os 12 meses de 2012, contribuindo com R\$ 3,3 milhões adicionais, (ii) UTE Decasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, tendo operado durante os 12 meses de 2012 contribuindo com R\$ 6,7 milhões, (iii) PCH Passos Maia, a qual entrou em operação durante o mês de fevereiro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 3,8 milhões, já considerando a participação de 50% da Desenvix no empreendimento, (iv) Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, as quais entraram em operação durante o mês de julho de 2012, contribuindo com R\$ 13,6 milhões e (v) Eólico Barra dos Coqueiros, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2012, contribuindo com R\$ 2,3 milhões. Em 2012 o custo com depreciação representou 73,1% do custo com fornecimento de energia elétrica, totalizando R\$ 50,6 milhões, sendo influenciada pela taxa média de depreciação de 25 anos dos Empreendimentos Eólicos, mais acelerada que a média de 30 anos das PCHs e 35 anos das UHEs.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2012 foi de R\$ 7,5 milhões, apresentando redução de 69,6%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 24,6 milhões. Os custos com compra

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

de energia elétrica tiveram como objetivo o cumprimento da oferta de energia conforme firmado no Contrato de Compra e Venda de Energia das subsidiárias da Desenvix, com destaque para:

(i) Compra de energia para a PCH Passos Maia, no valor de R\$ 1,4 milhão (50%), para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização da energia a partir do mês de janeiro de 2012. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de janeiro de 2012. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 117,11, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em janeiro de 2012 era R\$ 175,94.

(ii) a mitigação da falta de fornecimento de bagaço de cana da Usina PauD'elho para a subsidiária Enercasa, através da aquisição de bagaço de cana de terceiros no valor total de R\$ 2,0 milhões;

(iii) Compra de energia no mercado livre, pela subsidiária Enercasa, no valor total de R\$ 4,1 milhões relativo à comercialização da energia excedente da Enercasa, a qual possui receita equivalente de R\$ 4,3 milhões;

Custo dos serviços prestados

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2012 foi de R\$ 14,2 milhões, apresentando um aumento de 75,8%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 8 milhões. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com 328 funcionários. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados em 2012 foi aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

Outros serviços

O custo dos outros serviços em 2012 foi de R\$ 0,1 milhão, apresentando uma redução de 91,5%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 1,3 milhão. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do

reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

(Despesas) receitas operacionais

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas operacionais atingiram R\$29.804 mil, apresentando um aumento de 30,1% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiram R\$22.917 mil. As despesas operacionais representaram 19,7% e 26,1% da receita operacional líquida do período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 e 2011, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas gerais e administrativas:

Em 2012, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 48,4 milhões, apresentando aumento de 71,71% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 28,2 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 4,6 milhões, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, da transferência das operações administrativas para Florianópolis, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas, (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 3,3 milhões, especialmente em função da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa, das Usinas do Complexo Eólico da Bahia e da Usina Eólica de Barra dos Coqueiros que acrescentaram R\$ 4,3 milhões às despesas administrativas e (iii) do aumento R\$ 1,3 milhão dos gastos da Desenvix Holding, principalmente pelo compartilhamento dos serviços administrativos de Informática e Recursos Humanos com a Controladora Jackson/Engevix, além do pagamento de R\$ 0,8 milhão de bônus aos funcionários e Diretores. Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas gerais e administrativas a reclassificação de R\$ 1,2 milhão de despesas com comissão de fiança da UHE Monjolinho para despesa financeira.

Também faz parte do grupo das despesas gerais e administrativas, as despesas com honorários da administração. Em 2012, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,6 milhões, apresentando um aumento de 5,5% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 4,4 mil. A variação é resultado (i) da correção salarial ocorrido durante 2012, (ii) a partir de 2012 o INSS patronal incidente sobre honorários passou a ser considerado como Honorários da administração. Por outro lado, favoreceu para a redução das despesas com honorários da administração a vacância da posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o qual foi representado, durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa, pelo Diretor Presidente da Companhia, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Em 2012 foi provisionada multa pela não entrega de energia da nossa subsidiária Enercasa, tendo afetado as despesas gerais e administrativas em \$ 11 milhões.

Com estudos em desenvolvimento

Em 2012, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 3,8 milhões, apresentando redução de 12,8% na comparação com 2011, quando o valor foi de R\$ 4,3 milhões. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Em 2012 a Companhia destinou parte considerável dos recursos no desenvolvimento dos projetos da UHE Foz do Piquiri, UHE Comissário e Rio Taquari Antes, que juntas, foram responsáveis por R\$ 2,9 milhões do total gasto.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutive que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, em 2012, a Companhia investiu R\$ 3,8 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 3,8 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 31 de dezembro de 2012, da conta ativo intangível era de R\$ 17,2 milhões, tendo sofrido redução, na comparação com 31 de dezembro de 2011, pela transferência dos custos a serem reembolsados pelo desenvolvimento da UHE São Roque para contas a receber com partes relacionadas com a própria São Roque Energética S.A., além da baixa pelo recebimento do reembolso referente ao desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu ocorrido no mês de setembro.

Tabela: Desenvix Controladora:

Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)	2011	2012
Incorridos no período	7.228	3.793
Apropriados ao Resultado	4.352	3.793
Saldo Ativo Intangível	32.516	17.183



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Perdas com contratos de energia

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo ao final de 2012. O saldo de R\$ 2,5 milhões observado no final de 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia e baixada a provisão para passivo a descoberto em dezembro de 2011.

Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

Em 2012 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma receita de R\$ 73 mil, em comparação com uma despesa de R\$ 276 mil em 2011. O valor de 2012 é composto principalmente pela receita de R\$ 32 mil, referente à alienação de bens da subsidiária ENEX.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias

Em função do acima exposto, em 2012, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 55.073 mil, apresentando um aumento de 60,74% sobre 2011, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$ 34.263 mil.

Resultado financeiro

Em 2012, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 85.214 mil, aumento de 78,85% na comparação com 2011, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 47.646 mil.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2011	2012	Varição % 2012 x 2011
Despesas financeiras	(54.729)	(92.806)	69,6
- Com financiamentos	(44.899)	(55.640)	23,9
- Cartas de fiança bancária	(2.794)	(18.642)	567,2
- IOF e multa e juros sobre tributos	(3.564)	(5.793)	62,5
- Variações monetárias passivas	(192)	(490)	155,2
- Concessões a pagar e outras despesas	(3.280)	(12.241)	273,2
Receitas financeiras	7.083	7.592	7,2
- Com aplicações financeiras	5.053	3.797	-24,9
- Variações monetárias ativas	2	3.795	100,0
- Juros e outras	2.028	-	-100,0
Resultado Financeiro	(47.646)	(85.214)	78,8

Despesas financeiras

Em 2012, as despesas financeiras atingiram R\$ 92,8 milhões, apresentando um aumento de 69,6% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 54,7 milhões. Tal variação é decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) do aumento com despesas de cartas de fiança bancária, em função (a) do reconhecimento das despesas no valor de R\$ 5,1 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo Controlador Jackson e Engevix, referente ao período de janeiro 2011 até março de 2012, tendo como objetivo as garantias dadas aos empréstimos de longo prazo tomados pelas subsidiárias da Desenvix e (b) do reconhecimento das despesas no valor de R\$ 7,8 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo Controlador Jackson e Engevix, referente ao período de março 2012 até dezembro de 2012, (ii) do aumento com despesas de concessões a pagar referente à contribuição pela Utilização do Bem Público da UHE Monjolinho, em função do reconhecimento no resultado de 2012 da correção monetária ocorrida no ano anterior, no valor de R\$ 5 milhões, (iii) do aumento das despesas financeiras com IOF, no valor de R\$ 5,7 milhões que tiveram como fonte a captação dos empréstimos ponte (R\$ 0,6 milhões), a provisão para mútuo entre nossas subsidiárias (R\$ 2,9 milhões) e o empréstimo tomado junto ao nosso Controlador SN Power (R\$ 2,2 milhões) e (iv) do aumento das despesas financeiras com financiamentos, principalmente em função da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e Usinas do Complexo Eólico da Bahia, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 19,5 milhões para o aumento. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensada (i) pela redução de R\$ 1,5 milhão das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem (ii) pela redução de R\$ 3,1 milhões no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa e UHE Monjolinho, uma vez que os juros pagos são decrescentes e em função da redução da taxa TJLP, a partir de julho de 2012, de 6% para 5,5%.

Receitas financeiras

Em 2012, as receitas financeiras atingiram R\$ 7,6 milhões, apresentando de aumento de 7,1% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 7,1 milhões. Tal variação é decorrente principalmente do aumento com variações monetárias ativas atreladas à correção monetária (a) dos direitos a receber da UHE São Roque, referente ao seu reembolso, (b) da correção do mútuo com a Usina PauDalho e (c) do correção monetária incidente sobre o recebimento do reembolso do custo de desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu. Por outro lado, contribuiu para a redução das receitas financeiras a (i) redução da receita com aplicações financeiras,



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

relacionadas à queda do CDI, indicador utilizado para a correção de nossas aplicações financeiras e (ii) redução de juros e outras receitas financeiras.

Resultados de participações societárias

Em 2012, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 3.802 mil, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 19.402 mil de 2011.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2011	2012
- Equivalência patrimonial	1.580	3.437
- Dividendos recebidos	941	1.074
- Ganho com investimentos	17.264	441
- Amortização de ágio	(383)	(1.150)
Resultado de participações	19.402	3.802

Equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial de 2012 é composto principalmente pelo resultado positivo das subsidiárias Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,1 milhões e MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 1,1 milhão.

Dividendos recebidos

Em 2012, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$ 1,1 milhão.

Ganho/perda com investimento

O valor de ganho com investimento no ano de 2012 representa o ágio no aumento de participação na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A, na qual a Desenvix passou de 88,33% para 95,0% de participação em setembro de 2012. Já o resultado de 2011 representa o ágio no aumento de participação da subsidiária ENEX, na qual a Desenvix passou de 50% para 100% de participação em setembro de 2011.

Amortização de Ágio sobre investimento

Mensalmente a Desenvix reconhece em seu resultado, o valor de R\$ 95 mil (R\$ 1.150 milhão/ano), como amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

Durante 2012 a Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2012, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 5,3 milhões, contra R\$ 3,6 milhões de 2011. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2012, a participação de não controladores foi de R\$ 376 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A..

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício

Em 2012, foi registrado prejuízo líquido de R\$ 32 milhões, enquanto que em 2011 apuramos lucro líquido de R\$ 2,5 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O Brasil vem se destacando como economia emergente, mostrando situação política estável e com contínuos investimentos em infraestrutura. Mais especificamente, o consumo de energia elétrica vem crescendo a expressivas taxas ao longo das últimas décadas, não só em função da expansão do setor industrial, mas também pela liberação da demanda reprimida de consumidores, favorecendo diretamente o nosso desempenho.

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

Além da venda de energia, nossa receita é complementada por serviços prestados de manutenção e operação de usinas de geração de energia por meio de nossa controlada Enx. Este componente de nossa receita também está positivamente relacionado com o crescimento da demanda por energia no país.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Adoção do IFRS**

Adotamos pela primeira vez no exercício de 2010 as normas internacionais de contabilidade. Nos termos da regulamentação aplicável, a data de transição para a adoção das normas internacionais de contabilidade é o dia 1º de janeiro de 2009, não abrangendo, dessa maneira, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Por essa razão (i) a demonstração do resultado do exercício relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foi elaborada de acordo com o IFRS ou de acordo com os novos CPCs.

- **Evento Relevante – PCH Santa Rosa**

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros. A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de

Energia Elétrica – ANEEL.

- Nos meses de julho e agosto de 2010, nossos Empreendimentos, Esmeralda, Santa Laura, Esmeralda, Monjolinho e Moinho, passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.

- **Resultado Enercasa**

A Enercasa é uma planta de co-geração de energia elétrica com 33 MW de potência instalada e que utiliza bagaço de cana de açúcar como biomassa. Encontra-se totalmente operacional desde outubro de 2011 e integralmente adimplente perante a ANEEL e os demais órgãos do Setor Elétrico Brasileiro, como a CCEE e o ONS.

Para produção de energia, a Enercasa depende do fornecimento de vapor da planta industrial da Usina Pau D'Alho, localizada em Ibirarema, no Estado de São Paulo com a qual estabeleceu um acordo comercial.

Por conta da grave crise financeira vivenciada pelo setor sucroalcooleiro brasileiro, a Usina Pau D'Alho passou a ter dificuldades financeiras, agravadas pela perda de produtividade agrícola e por eventos climatológicos. A Usina paralisou a operação em dezembro/2012 e esta em processo de Recuperação Judicial.

Em consequência, a produção de energia da Enercasa em 2012, que, a despeito das medidas mitigadoras adotadas, ficou bem abaixo do montante contratado, tendo gerado 21.106 MWh, equivalente a 15%, de um total de 140.160 MWh (Energia comercializada no LER 01/2008).

Ao final do ano de 2012, a Enercasa reconheceu em seu resultado o valor de R\$ 11 milhões, como multa pela não entrega da energia contratada. Adicionalmente, reclassificou a receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, reconhecendo o valor de R\$ 22 milhões no seu passivo.

Como tal insuficiência de geração decorre exclusivamente de fato inevitável e de responsabilidade única de terceiro, restou caracterizado evento de força maior. A ANEEL, conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013, atendendo a pedido administrativo da Enercasa, afastou, em juízo preliminar, a aplicação de multa referente ao não fornecimento da energia contratada para o ano de 2012.

A ANEEL, na mesma decisão, também acolheu pedido da Enercasa e determinou à CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica a retenção da receita fixa da Enercasa, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013), afastando, assim, qualquer situação de inadimplência. Nesse sentido a Enercasa deixou de faturar, durante o período dos doze meses de 2013, o valor de R\$ 27,6 milhões.

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Adicionalmente, a ANEEL, determinou que a Enercasa efetuasse o pagamento do valor por ela devido, referente à receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, fato ocorrido em maio de 2013.

Vale dizer: o Contrato de Compra e Venda de Energia está temporariamente suspenso.

No dia 18 de setembro de 2013, o BNDES autorizou o reescalonamento da dívida da Enercasa através da suspensão da amortização do principal, preservando-se o pagamento de juros, pelo período de 2 anos, a partir de outubro de 2013.

Na 48ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 17 de dezembro de 2013, foi determinado à CCEE que utilizasse, provisoriamente, para o cálculo das penalidades decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos CERs do 1º e do 3º Leilão de Energia de Reserva – LER, a mesma álgebra utilizada para o cálculo da penalidade da cláusula 14 dos CERs a partir do 4º LER. Ou seja, ao invés de utilizar o contador “j”, que impõe uma penalidade crescente (25%, 50%, 75% e 100%) do valor do montante não entregue pelas usinas a biomassa (quando este montante for superior a 10% do Contrato), a penalidade passou a ser de 15%.

Para tanto, foi emitido o Despacho No 4.266, de 17 de dezembro de 2013.

Também foi instaurada Audiência Pública, no período de 23 de dezembro de 2013 a 21 de janeiro de 2014, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de uniformização da cláusula 14 dos Contratos de Energia de Reserva – CERs do 1º e do 3º Leilão de Energia de Reserva – LER, com a adotada a partir dos CERs do 4º LER.

Na 3ª. Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 04 de fevereiro de 2014, foi aprovada, após as contribuições recebidas para a Audiência Pública, a proposta de uniformização da cláusula 14 dos CERs, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 600, de 4 de fevereiro de 2014.

Amparada pela Resolução Normativa ANEEL nº 600 a Administração procedeu, em dezembro de 2013, a reversão da provisão contábil no valor de R\$ 7,7 milhões, referente à aplicação do fator “j” de 50% da energia não entregue em 2012, permanecendo no resultado, a provisão de R\$ 3,3 milhões para a penalidade de 15%.

Também em dezembro de 2013, a Administração constituiu provisão no valor de R\$ 4,1 milhões para a penalidade de 15% referente à energia não entregue em 2013.

Referente às penalidades de 15% dos anos de 2012 e 2013, a Administração mantém requerimento junto a ANEEL baseando-se no Mérito de Força Maior, pelo qual aguarda parecer final.

- **Garantia Corporativa**



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizado o pagamento para o controlador Jackson/Engevix de taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será cobrado 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago no final de cada ano fiscal.

Como resultado foram apurados R\$ 12,9 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo controlador Jackson/Engevix, referente ao período de janeiro 2011 até dezembro de 2012.

A Administração trabalha para reduzir a necessidade de garantias prestadas por seus controladores, visando cada vez mais a prestação de garantias pela Desenvix Holding.

• **Juros Capitalizados**

Durante nossa fase de expansão que compreendeu os anos de 2010 a 2012, a qual foram implantados cerca de 200MW, atrasos na liberação dos empréstimos de longo prazo fizeram com que recorrêssemos a empréstimos de curto prazo para garantir a continuidade das atividades de construção.

Conforme Item 12 do CPC-20, a Companhia utilizou-se da capitalização de parte dos juros e despesas com IOF incorridos devido aos empréstimos pontes tomados, uma vez que seu propósito era o de obter um ativo qualificável.

Capitalização empréstimos ponte 2011			
(R\$ mil)	Juros	IOF	Total
- Valor capitalizado	6.268	3.409	9.677
- Valor alocado ao resultado	6.589	784	7.373
- Total	12.857	4.193	17.050

Capitalização empréstimos ponte 2012			
(R\$ mil)	Juros	IOF	Total
- Valor capitalizado	1.896	-	1.896
- Valor alocado ao resultado	5.946	-	5.946
- Total	7.815	-	7.815

• **Constituição de provisão para ressarcimento / recebimento CCEE**

Durante o mês de junho de 2013 as subsidiárias Macaúbas e Energen constituíram provisão para ressarcimento à CCEE, no montante de R\$ 3,5 milhões e R\$ 5,2 milhões, respectivamente, motivadas pela geração de energia abaixo do previsto no seu Contrato de Energia de Reserva ("CER"). Através do relatório de Apuração de Energia de Reserva, emitido pela CCEE no mês de setembro, a Companhia complementou as provisões para ressarcimento no valor de R\$ 0,4 milhão para Macaúbas e R\$ 0,2 milhão para Energen.

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

No total o efeito no resultado consolidado da Companhia foi de R\$ 9,3 milhões, dos quais R\$ 8,1 milhões reduziram a receita e R\$ 1,2 milhão aumentaram as despesas por se tratar da parcela da penalidade.

Pelas regras do CER, caso a geração de energia anual extrapolar o limite inferior de 10% abaixo da energia comercializada devemos ressarcir o saldo extrapolado valorados pelo preço do contrato (atualizado) mais 15%, devendo ser pagos em 12 parcelas mensais no ano seguinte. No caso de Macaúbas e Energen, os pagamentos em 12 parcelas serão a partir do mês de outubro.

Motivada pelo rompimento das emendas da rede de média, a geração de energia da Macaúbas ficou interrompida durante o mês de outubro e afetando parcialmente novembro de 2012. Por esse motivo, durante os meses de julho de 2012 até junho de 2013 (intervalo de medição da geração segundo o Contrato de Compra e Venda de Energia) a geração de energia apurada pela Macaúbas foi de 84.641,17 MWh, ficando abaixo da sua energia comercializada, que é de 113.880,0 MWh, e do seu limite inferior de 10%, que é de 102.492,0 MWh.

Motivada pelo atraso na entrada em operação comercial, prevista para julho de 2012 e ocorrida no mês de setembro de 2012, a geração de energia de Barra dos Coqueiros, durante os meses de julho de 2012 até junho de 2013 foi de 54.679,2 MWh, ficando abaixo da sua energia comercializada, que é de 87.600,0 MWh, e do seu limite inferior de 10%, que é de 78.840,0 MWh.

Conforme disposição do CPC 30, a Administração apurou a receita de seus empreendimentos eólicos com base na geração realizada para o período de julho de 2012 até dezembro de 2013. Como resultado, constitui-se em dezembro de 2013 provisão de recebimento de R\$5,1 milhões, sendo R\$5,0 milhões para Novo Horizonte, R\$ 2,3 milhões para Seabra, R\$(1,7) milhão para Energen e R\$(490) mil para Macaúbas. Descontado os impostos o valor líquido total do ajuste foi de R\$3,4 milhões.

Cabe, no entanto, destacar que a realização dos créditos dependerá da confirmação da geração acima do limite de 30% do Contrato de Compra e Venda de Energia, para o intervalo de medição da geração.

- **Variação cambial de empréstimo bancário**

Nossa subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. celebrou em 10 de setembro de 2012 contrato de financiamento de longo prazo com o China Development Bank, destinado à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros. O financiamento foi celebrado em dólar. No dia 28 de dezembro de 2012 ocorreu a liberação do financiamento no valor de US\$ 50.000 mil, cujo câmbio de fechamento da operação foi de 2,0435.

Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, tendo o primeiro evento de liquidação ocorrido no mês de junho de 2013.

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

A Companhia não contratou operação de hedge cambial. Ao final do período dos doze meses de 2013, a Energen contabilizava variação cambial de R\$ (15,2) milhões sendo variação cambial ativa de R\$ 12,5 milhões e variação cambial passiva de R\$ 27,7 milhões. Em 2013 o efeito da variação cambial realizado no caixa foi de R\$ 1,7 milhão.

- **Baixa de ativo não recuperável**

Em dezembro de 2013 a Administração procedeu a baixa no resultado de R\$ 15,7 milhões referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'alto, tendo em vista o processo de recuperação judicial na qual a usina está inserida.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

Acreditamos que nossa receita com serviços de O&M crescerá provocada principalmente pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX. Também acreditamos no crescimento operacional da ENEX, com a conquista de novos clientes à sua base de serviços.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

No caso de nossos Empreendimentos em Construção, referidos contratos são corrigidos por índices básicos de medida de inflação (IPCA, IGP-M, índices de correção de matéria prima e mão de obra, etc). Por sua vez, os desembolsos de nossos financiamentos são corrigidos por URTJLP, que tradicionalmente se mostra bastante inferior aos índices básicos utilizados para correção dos contratos de EPC. Por essa razão, um aumento na inflação pode provocar um

descolamento entre os desembolsos a nós devidos por força de nossos financiamentos e os saldos a pagar referentes ao EPCs de nossos Empreendimentos em Construção.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Desenvix possuía passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., existindo, assim, exposição a esse risco.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A partir de dezembro de 2013 passamos a operar a Linha de Transmissão Goiás Transmissão S.A. e a partir de julho de 2014 esperamos operar a MGE Transmissão S.A. as quais temos uma participação de 25,5%. As LTs representam um segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, entretanto, em função da nossa participação o resultado será contabilizado por equivalência patrimonial no resultado consolidado da Companhia, razão pela qual nossas demonstrações financeiras não passarão a reconhecer este novo segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **ENEX** - No início de setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da ENEX. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o resultado gerado pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% do resultado gerado pela ENEX.
- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

No dia 21 de agosto de 2012 a Desenvix aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%. As ações foram adquiridas da Agua Quente Participações Ltda. pelo valor de R\$ 1.100.

- **Usina Hidrelétrica de São Roque** - No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%.

No dia 14 de janeiro de 2013, a ANEEL, através da 1ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2013 aprovou a transferência societária da subsidiária integral da Desenvix, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix.

- **SN Power** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.
- **Norte Energia S.A** - Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações

societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final.

A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento.

- **Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis -** Por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, em 18 e fevereiro de 2014, a Desenvix vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente "FIP IE ER", no qual detia participação de 6,25%.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões (pré-money) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5o do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas

e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1 de janeiro de 2009 que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011, 2010 e 2009, além daquelas já adotadas anteriormente a partir de 31 de dezembro de 2009.

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil - Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei n.º 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das S.A. Estes diplomas normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB. No contexto do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade, desde 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis que foram aplicados nas nossas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias quando da apresentação das demonstrações financeiras para o período a findar a partir de em 31 de dezembro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que impactaram nossas demonstrações financeiras.

Uso do bem público

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação

pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

Depreciação pelo prazo de concessão

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

Provisão para custos socioambientais

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

Resultado

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Reclassificações

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladoras era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido. De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

Consolidação

Com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, informamos que nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passou a ser consolidada, a partir de 1º de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentaremos as informações consolidadas relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o

investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

(iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Não há impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.

(v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

(vi) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

(vii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

As normas que tem impacto no Grupo são CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto e IFRS 10 e CPC 36 Demonstrações Financeiras Consolidadas.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios da investida Passos Maia Energética S.A. caracterizam um empreendimento controlado em conjunto.

Em decorrência desta alteração a Companhia não reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 a sua participação na consolidação proporcional na investida reconhecendo o mesmo por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo rerepresentadas conforme abaixo:

Ativo	31 de dezembro de 2012			1 de janeiro de 2012		
	Original	Ajustes	Rerepresentado	Original	Ajustes	Rerepresentado
Circulante	184.033	(3.680)	180.353	123.676	(2.855)	120.821
Não circulante	1.762.845	(47.242)	1.715.603	1.607.341	(40.317)	1.567.024
Total do ativo	1.946.878	(50.922)	1.895.956	1.731.017	(43.172)	1.687.845
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	310.083	(7.194)	302.889	381.493	(2.848)	378.645
Não circulante	949.330	(43.728)	905.602	751.388	(40.324)	711.064
Total do patrimônio líquido	687.465		687.465	598.136		598.136
Total do passivo e patrimônio líquido	1.946.878	(50.922)	1.895.956	1.731.017	(43.172)	1.687.845



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Resultado	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida operacional	198.227	(11.205)	187.022
Custo do serviço de energia elétrica	(90.989)	5.246	(85.743)
Despesas gerais e administrativas	(52.165)	607	(51.558)
Amortização ágio	(1.150)		(1.150)
Resultado financeiro	(85.214)	3.235	(81.979)
Participação no resultado de coligadas	4.952	1.586	6.538
Imposto de renda e contribuição social	(5.283)	457	(4.826)
Prejuízo do período	(31.622)		(31.622)
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	(31.998)		(31.998)
Participação dos não controladores	376		376
Lucro básico por ação	(0,2735)		(0,2735)
Lucro diluído por ação	(0,2735)		(0,2735)

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função deste assunto.

10.5 Os diretores devem comentar Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 2 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2013

contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Estimativas de vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

	%
	<u>Taxa média</u>
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	4,08
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24
Máquinas e equipamentos	4,29
Móveis e utensílios	10
Equipamentos informática e outros	20
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24
Máquinas e equipamentos	4,03

Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

Reconhecimento de receitas

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e

condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

Provisões

As provisões para riscos e gastos específicos são reconhecidas quando:

- (i) Existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) Uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para reestruturação incluem pagamentos por rescisão de vínculos empregatícios. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. Quando existe um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que seja necessário liquidá-las é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação com relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são apresentadas pelo valor presente dos desembolsos que podem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações do mercado atual do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão com o passar do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados por nós para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. No que tange aos desembolsos para implantação das usinas e manutenção das mesmas (após a entrada em operação), principal item de nosso custo, os gestores mantêm estreito e contínuo acompanhamento físico e financeiro individualizado de cada projeto.

São relevantes ainda os custos de desenvolvimento dos nossos Projetos, que perfazem as modalidades de inventário e projeto básico. Este custo abrange estudos ambientais, de engenharia e investimentos em compra de terras.

A principal ferramenta de gestão é o sistema ERP da Oracle, sistema marcado pela rastreabilidade das informações, e responsável pela integração de todas as fases de uma usina, desde o seu desenvolvimento, passando pela implantação e posterior operação. Sem prejuízo deste investimento, continuamos atentos às novas tecnologias, e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Os auditores independentes emitiram “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborados em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012”, no qual informam nossos diretores que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação foram feitas sugestões de aprimoramento dos controles internos pelos auditores independentes sendo 12 recomendações classificadas como outras deficiências, 2 observações relacionadas às atividades operacionais e/ou de negócio e 2 classificadas como deficiências significativas, sendo que as deficiências significativas versaram sobre os seguintes tópicos:

(i) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos de captura pela contabilidade de transações efetuada pelas áreas operacionais e ao processo de preparação e revisão das demonstrações financeiras (1 recomendação);

(ii) recomendações relacionadas ao tratamento tributário de algumas de nossas transações (1 recomendação).

Em relação com tais recomendações os diretores da Companhia tem solicitado as gerencias respectivas uma avaliação das mesmas inclusive a relação custo benefício para fins de prepara um plano de ação específicos.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia realizou no mês de dezembro de 2012 a emissão de debêntures, conforme descrição abaixo:

Número da Emissão e Valor Total da Emissão: O valor total de Emissão foi de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400

Quantidade de Debêntures e Número de Séries: A Emissão foi realizada em série única, sendo emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures foi destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas de curto prazo, como as Notas Promissórias Comerciais emitidas em 14 de junho de 2012, no montante total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora (“SPEs”).

Espécie: As Debêntures foram da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário:

A Companhia arrenda 4 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

	Consolidado	
	2013	2012
Menos de um ano	294	212
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.048	853
Mais de cinco anos	<u>3.183</u>	<u>3.777</u>
	<u>4.525</u>	<u>4.842</u>

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos de arrendamento mencionados no item 10.8 (a) são corrigidos anualmente pelo IGPM, sendo que um aumento nos indicadores de inflação podem aumentar o seu custo. Por sua vez, um aumento nos indicadores de inflação aumentarão também nossas receitas derivadas dos nossos contratos de compra e venda de energia, compensando parcialmente o efeito adverso referido anteriormente.

b) Natureza e o propósito da operação

Natureza: contrato de arrendamento de terras.

Propósito: implementação e operação do Parque Eólico da Bahia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Direitos adquiridos: Por força da celebração de contratos de arrendamento, passamos a deter direitos de utilização das áreas objeto do arrendamento para construção, instalação, utilização, substituição, reinstalação, remoção e operação de UEE. Ainda, por meio dos referidos contratos, adquirimos o direito de instalar, nas áreas objeto do arrendamento, subestações elevadoras de tensão.

Natureza das obrigações: Pecuniária

Montante das obrigações: Durante a fase pré operacional do Parque Eólico da Bahia, os contratos de arrendamento são remunerados por parcelas mensais e anuais, corrigidas pelo IGPM. Quando do início da operação, os contratos de arrendamento serão remunerados por parcelas anuais, no valor de R\$4 mil por aerogerador instalado, corrigidas pelo IGPM.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis e transmissão de energia elétrica.

▪ Desenvolvimento

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

Para o ano de 2014, o orçamento aprovado para atividades de prospecção e desenvolvimento foi de cerca de R\$2.000 mil. Tais recursos foram mobilizados para o desenvolvimento e manutenção de nosso portfólio de Projetos.

Os recursos mencionados acima serão provenientes do nosso caixa, alimentado principalmente (i) pelas entradas de dividendos líquidos de nossos Empreendimentos em Operação, e (ii) receitas dos ressarcimentos reconhecidos pela ANEEL.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2014 finalizaremos a implantação da MGE Transmissão S.A., cuja previsão para início da operação comercial é o primeiro semestre de 2014. Adicionalmente, possuímos projetos em fase madura, cujo início da implantação depende de licenças ambientais ou condições mercadológicas favoráveis que possibilitem o adequado retorno ao investimento.

Os recursos necessários para a finalização da construção de nossos Empreendimentos em Construção ou a se iniciarem serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

O item 10.3 a, trás a relação dos empreendimentos adquiridos da Companhia.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Além da operação e implantação de nossos empreendimentos, nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2013 nosso Portfólio de Projetos era composto por 17 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (513,2MW próprios) e 21 Projetos em Desenvolvimento (840,6 MW próprios), totalizando 2.960,8 MW, sendo 1.353,8 MW próprios.

Incluimos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 21 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 38 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2013, investimos cerca de R\$97.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

No ano de 2010 e 2012, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil e R\$410 mil, respectivamente, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais, culminando nas operações de venda do nosso capital social.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês, constituídos no dia 08 de março de 2012, não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:** a remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

2014 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,92	3,00	16,92
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	239.839,96	3.209.551,78	117.168,60	3.566.560,35
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	47.967,99	641.910,36	23.433,72	713.312,07
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	287.807,95	3.851.462,14	140.602,32	4.279.872,42

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o exercício de 2014 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) A remuneração deliberada na AGO do dia 30.04.2014 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2014 até 30 de abril de 2015.

2013 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,08	3,00	18,08
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	225.600,00	3.852.466,50	88.000,00	4.166.066,50
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	45.120,00	852.493,30	17.600,00	915.213,30
Remuneração Variável	-	-	-	-



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

2013 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	270.720,00	4.704.959,80	105.600,00	5.081.279,80

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2012 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,42	3,00	18,42
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	366.750,00	3.403.166,67	95.600,00	3.865.516,67
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	73.350,00	680.633,33	19.120,00	773.103,33
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	410.000,00	-	410.000,00
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

2012 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração	440.100,00	4.493.800,00	114.720,00	5.048.620,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2011 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	709.481,48	3.563.607,42	122.911,11	4.396.000,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	141.896,30	712.721,48	24.585,22	879.200,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Total da remuneração	851.377,77	4.276.328,90	147.493,33	5.275.200,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2010 e 2012, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil e R\$410 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

2014 Previsto (2) (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,92	3,00	16,92
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Os valores previstos para o exercício de 2014 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

2013 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,08	3,00	18,08
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

2013 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2012 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,42	3,00	18,42
Bônus	N/A	410.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	410.000,00	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2011 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

2011 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Administradores	Cargo	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente
José Antunes Sobrinho	Conselheiro	0	14.558.059,7
Gerson de Mello Almada	Conselheiro	0	14.558.059,7
Cristiano Kok	Conselheiro	0	14.558.059,7
Total		0	43.674.179,1



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

13.6. Em relação à remuneração baseada em Ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui atualmente qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não possuímos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	7,08	7,42	8,00	8,00	8,00	6,92	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	660.000,00	601.000,00	745.639,32	112.800,00	105.000,00	102.425,93	44.000,00	41.200,00	40.970,37
Valor da menor remuneração	356.000,00	282.000,00	263.156,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.970,37
Valor médio da remuneração	770.493,30	486.166,67	445.450,93	112.800,00	46.819,15	102.575,63	44.000,00	95.600,00	40.970,37



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretores que não exerceram o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2013.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 11 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2013. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.</p>
31/12/2012	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que exerceu o cargo por apenas 5 meses.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 1 Diretor que exerceu a remuneração durante 5 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2013	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2013.</p>
31/12/2012	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,83, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>
31/12/2011	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,92, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2013	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2013.</p>
31/12/2012	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/13	dez/12	dez/11
Diretoria Estatutária	2,1%	17,7%	20,9%
Conselho de Administração	0	18,0%	28,9%
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/13	dez/12	dez/11
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2014 até 30 de abril de 2015, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ R\$ 4.460.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

A remuneração deliberada em AGO para período compreendido entre 1 de maio de 2014 até 30 de abril de 2015, está demonstrado na tabela abaixo:



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Maio 2014 a abril 2015 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	6,00	3,00	17,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	250.000,00	3.333.333,33	133.333,33	3.716.666,67
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	50.000,00	666.666,67	26.666,67	743.333,33
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	300.000,00	4.000.000,00	160.00,00	4.460.000,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

- ANEXO III -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:

12.6.1 Membros da Diretoria

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para a Diretoria da Companhia.

12.6.2 Membros do Conselho de Administração

A Assembleia deliberou pela nomeação da Sra. Raquel Cristina Marques da Silva e dos Srs. Tron Engebretsen, Tore Haga e Fernando de Lapuerta Montoya para o cargo de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

Conforme previsto no Artigo 15 do Estatuto Social da Desenvix, há necessidade de unificação dos mandatos dos Membros do Conselho de Administração.

Dessa forma, os demais Membros do Conselho de Administração foram reconduzidos ao cargo.

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
José Antunes Sobrinho	61	Engenheiro	157.512.289-87	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Cristiano Kok	69	Engenheiro	197.438.828-04	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Gerson de Mello Almada	63	Engenheiro	673.907.068-72	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Austin Laine Powell	57	Engenheiro	440.949.160	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Joakim Johnsen	40	Administrador	061.364.757-23	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Fabiano Gallo	38	Advogado	255.253.488-02	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Ruy Nagano	34	Engenheiro	839.635.701-30	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Geraldo Aparecido da Silva	51	Economista	446.281.969-15	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Angelo Nonato de Sousa Lima	37	Economista	690.662.561-68	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Raquel Cristina Marques da Silva	35	Economista	793.793.621-53	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Luiz Cruz Schneider	61	Engenheiro	220.827.510-15	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Tron Engebretsen	60	Engenheiro	29514835	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Tore Haga	57	Mestre em gestão de finanças	28913690	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Fernando de Lapuerta Montoya	37	Administrador de Empresas	V745193-O	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim



Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

12.6.3 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela nomeação do Sr. Marcus Antônio Tofanelli para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como pela nomeação do Sr. Saulo Macedo Freitas para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal.

Os demais Membros do Conselho Fiscal foram reconduzidos ao cargo.

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Marcus Antônio Tofanelli	51	Contador	198.779.196-72	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2014	Nenhum	Sim
Andrea Kogitzki	37	Contadora	874.911.509-00	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2014	Nenhum	Sim
João Clarindo Pereira Filho	81	Advogado	045.249.428-15	Conselheiro efetivo	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2014	Nenhum	Sim
Saulo Macedo Freitas	54	Contador	218.148.721-91	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2014	Nenhum	Sim
Camila Soares Mendes Brito	25	Contadora	121.189.067-81	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2014	Nenhum	Sim
João Clarindo Pereira Junior	49	Advogado	086.735.378-35	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2014	Nenhum	Sim

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para os Comitês de Assessoramento da Companhia.

12.8 Com relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:**

Raquel Cristina Marques da Silva – É graduada em ciências econômicas pela Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC – 1999. cursou pós-graduação em Gestão de Projetos na Universidade Católica de Brasília – UCB – 2007. Atua na Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF desde julho de 1999, atualmente exercendo o cargo de coordenadora, na Coordenação de Análise de Investimentos, na Diretoria de Participações Societárias. A Sr^a Raquel é membro titular do Conselho Consultivo do Índice de Referência de Rentabilidade do Mercado Imobiliário Brasileiro (FGV/IBRE), e membro titular do Comitê de Assessoramento Técnico de Investimentos (FUNCEF).

Tron Engebretsen – É Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Técnica de Trondheim, Noruega. Atualmente o Sr. Tron ocupa o cargo de Vice Presidente Sênior Chefe de Desenvolvimento Industrial na Área de Negócio Internacional da Hidro Statkraft. O Sr. Tron possui experiência executiva na indústria de energia hidrelétrica, anteriormente como Diretor de Produção da Statkraft com o portfólio de 180 plantas (1996-2013). Diretor Regional (1995-1996); Gerente de Informações (1994-1995); Gerente Técnico (1992-1994); Gerente Operacional para os ativos da Statkraftverketene (atualmente Statkraft e Statnett, 1991-1992); Vice Diretor de Produção (1988-1996); Gerente Técnico e Nacional de Despacho, ambos em Powerplants e Main Grade (1980-1991).

Tore Haga - É Mestre em Gestão e Finanças em Norges, Handelshøyskole (1981). Atualmente o Sr. Tore ocupa o cargo de Vice Presidente Sênior Internacional de Hidroelétrica Hidro Statkraft. O Sr. Tore possui extensa experiência executiva na indústria de energia hidrelétrica como membro da diretoria na Statkraft Norfund Powerinvest AS, Companhia Theun Hinboun Power, Småkraft AS, Nordic AB Hydropower, Smøla Vind AS, Hitra Vind AS, Kjøllefjord Vind AS. Antes de ingressar na Statkraft em janeiro de 2005 ocupou o cargo de CFO em Lindorff Holding AS (Serviços Financeiros; 2001-2004), Kværner AS (SVP de Relações com Investidores; 2000-2001), CEO / Presidente da Kvaerner Fjellstrand (S) Pte. Ltd (Estaleiro; 1996-2000).

Fernando de Lapuerta Montoya – É graduado em administração de empresas, Mestre em Direito pela Universidade Pontifícia de Comillas – ICDE , em 2000 (Madrid-Espanha) e Mestre em Economia pela Universidade Pontifícia de Comillas-ICADE, em 2001 (Madrid-Espanha). MBA em negócios - IESE Business School (Barcelona, Espanha), em 2005. Programa de Educação Executiva em Liderança na Harvard Business School (Boston-EUA), em 2013. O Sr de Lapuerta iniciou sua carreira trabalhando no Banco Santander e ABN Amro Bank, com foco especial em empresas de energia elétrica. Em 2006 trabalhou no departamento de M&A da empresa Iberdrola em Madrid e trabalhou em aquisições internacionais e avaliações de empresas e projetos de tecnologias em energia renovável. Desde 2008 está na empresa SN Power, primeiramente no departamento de M&A, em Oslo. Em janeiro de 2010 iniciou sua

função de diretor financeiro da SN Power do Brasil, o qual ocupa esta posição até o momento. Além disso, desde junho de 2012, cumula as funções regionais de vice-presidente de Controlador de Negócios para a América do Sul (Brasil, Peru e Chile).

Marcus Antônio Tofanelli – É graduado em ciências contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG - 1980, com pós graduação em Controladoria-1998 e especialização em Administração Bancária pela ASBACE – 1989. Atuou na Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF de 1977 a 2006, sendo sua última posição a de Diretor da área de Vice-Presidência de Controladoria. O Sr. Marcus foi membro do Conselho Fiscal da Brasil Ferrovias S/A e Ferronorte S/A durante o 1º semestre de 2006, além de ser membro do Comitê de Auditoria da Caixa Seguradora S/A, desde dezembro de 2005.

Saulo Macedo Freitas – É graduado em ciências contábeis pela Universidade Católica de Goiás - 1989, com pós graduações em Auditoria Contábil pela Faculdade Anhanguera de Goiânia-1998, em Análise e Auditoria Contábil pela Universidade Católica de Goiás-2011 e em MBA em Padrões Internacionais de Auditoria Interna pela Universidade Católica de Brasília-2010. Atuou na Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF de 1984 a 2013, dos quais 19 na Auditoria Regional de Goiânia/GO, tendo assumido diversos cargos até o nível de gerente Eventual de Auditoria e Instrutor Interno da Caixa por 14 anos.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Proposta da Administração para a AGO/E de 12 de maio de 2014

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.